

CONTRATO DE CONDIÇÕES GERAIS

PARA COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL

CELEBRADO ENTRE

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

E

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ– CEGÁS

2026

**CONTRATO DE CONDIÇÕES GERAIS PARA
COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL ENTRE PETROBRAS E CEGÁS**

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS	4
CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO	10
CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA.....	10
CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE CONTRATADA	10
CLÁUSULA QUINTA – COMPROMISSOS DE RETIRADA E DE FORNECIMENTO	10
CLÁUSULA SEXTA – PREÇO DO GÁS	11
CLÁUSULA SÉTIMA – FATURAMENTO.....	11
CLÁUSULA OITAVA – DOCUMENTOS DE COBRANÇA	12
CLÁUSULA NONA – TRIBUTAÇÃO.....	13
CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIAS DE PAGAMENTOS	15
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NEGOCIAÇÃO DA TRANSAÇÃO	18
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PONTO DE ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE.....	19
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE ENTREGA.....	20
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – MEDIÇÃO	20
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – QUALIDADE.....	20
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PENALIDADE DA COMPRADORA	20
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PENALIDADE DA VENDEDORA	21
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.....	22
CLÁUSULA DÉCIMA NONA – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO.....	23
CLÁUSULA VIGÉSIMA – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR	26
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES	28
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – GOVERNANÇA	28
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO	31
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – NOVAÇÃO	32
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS.....	32
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – CONFORMIDADE DAS PARTES.....	33
ANEXO A – CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO	35
ANEXO B – CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA.....	36
ANEXO C – MODELO DE GARANTIA CORPORATIVA	39

**CONTRATO DE CONDIÇÕES GERAIS PARA
COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL QUE
ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO,
PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. –
PETROBRAS, E DE OUTRO, COMPANHIA
DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS NA FORMA
ABAIXO:**

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS, sociedade de economia mista, com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, à Avenida República do Chile, nº 65, Centro, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 33.000.167/0001-01, representada na forma de seu estatuto social, doravante denominada **PETROBRAS**, e

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, sociedade de economia mista, com sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, à Avenida Washington Soares, nº 6475, José de Alencar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº 73.759.185/0001-96, representada na forma de seu contrato social, doravante denominada **CEGÁS**.

Individualmente referidas como “PARTE” e, conjuntamente, como “PARTES”.

A qualificação das PARTES como VENDEDORA e/ou COMPRADORA será definida para cada TRANSAÇÃO, conforme definido na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO, ou seja, ora uma das PARTES poderá ser VENDEDORA, ora poderá ser COMPRADORA.

CONSIDERANDO QUE:

- I. as PARTES estão autorizadas, nos termos da LEI, a exercer as atividades de comercialização e de carregamento de GÁS;
- II. as PARTES desejam vender e/ou comprar GÁS entre si, em condições comerciais a serem definidas futuramente de acordo com as necessidades e os objetivos de seus respectivos negócios;
- III. Em 10/06/2025 a CEGÁS publicou a Chamada Pública Nº 002-2025 visando à comercialização de gás na modalidade de contratação flexível para o ano de 2026, de acordo com as condições e especificações estabelecidas no Termo de Referência, nos documentos complementares e na legislação pertinente;
- IV. Em 26/09/2025, a PETROBRAS foi habilitada na referida Chamada Pública Nº 002-2025 para suprimento de gás natural na modalidade flexível, passando então à fase de negociação e revisão final, que antecede a assinatura do contrato de suprimento, intitulado Contrato de Condições Gerais para a Compra e Venda de Gás Natural.
- V. As PARTES desejam estabelecer desde já os termos e as condições gerais visando a um futuro fornecimento de GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA em antecipação à especificação das características comerciais e operacionais do fornecimento, com o objetivo de agilizar uma futura comercialização de GÁS entre as PARTES;
- VI. as PARTES acordam que as condições comerciais e específicas de uma eventual

venda e entrega de GÁS pela VENDEDORA à COMPRADORA e a compra, o recebimento e o pagamento de GÁS pela COMPRADORA serão futuramente acordados nos termos da(s) CONFIRMAÇÃO(ÕES) DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO a ser(em) firmada(s) entre as PARTES com base no modelo constante do **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e demais anexos deste CONTRATO;

Assim, as PARTES têm justo e acordado celebrar o presente **CONTRATO DE CONDIÇÕES GERAIS PARA COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL (“CONTRATO”)**, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DEFINIÇÕES E INTERPRETAÇÃO DE TERMOS

1.1 Qualquer termo ou expressão grafado em VERSALETE neste CONTRATO, no singular ou no plural, terá o significado que lhe foi atribuído na seguinte lista ou em outro dispositivo deste CONTRATO:

1.1.1 **AFILIADA:** significa, com relação a qualquer PARTE, qualquer outra pessoa jurídica que, direta ou indiretamente controle, esteja sob controle comum ou seja controlada por essa PARTE. Conforme utilizado nesta definição, “controle” significa a titularidade de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, a maioria dos votos nas deliberações da assembleia-geral e o poder de eleger a maioria dos administradores da companhia e a utilização efetiva de seu poder de dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos da companhia.

1.1.2 **ANP:** significa a Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, agência reguladora da indústria de gás natural, petróleo, seus derivados e biocombustíveis, criada pela Lei nº 9.478/1997, ou qualquer outra entidade que, por força de LEI, venha a substituí-la no futuro.

1.1.3 **ARBITRAGEM:** significa o procedimento de SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS descrito no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e subitens.

1.1.4 **ARREDONDAMENTO OU ARREDONDADO:** significa o critério de arredondamento abaixo descrito:

- (a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- (b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

1.1.5 **CALORIA:** significa a quantidade de calor requerida para elevar a temperatura de 1g (um grama) de água pura dos 14,5° C (quatorze vírgula cinco graus Celsius) até 15,5° C (quinze vírgula cinco graus Celsius), à pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals). Uma CALORIA equivale a 4,1855 J (quatro vírgula um oito cinco cinco Joules). Uma QUILOCALORIA (kcal) significa 1.000 (mil) CALORIAS.

1.1.6 **CARREGADOR:** agente que utiliza ou pretende utilizar o serviço de transporte de GÁS NATURAL em gasoduto de transporte, mediante autorização da ANP, podendo ser ainda designado como:

- (a) **CARREGADOR DE ENTRADA:** CARREGADOR que tenha celebrado apenas o CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA; ou

- (b) **CARREGADOR DE SAÍDA:** CARREGADOR que tenha celebrado apenas o CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA.

1.1.7 **CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR:** significa qualquer evento ou combinação de eventos que se enquadrem nos conceitos de caso fortuito ou força maior contidos no artigo 393 e em seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, observadas as situações previstas na **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

1.1.8 **CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO CARREGADOR:** conjunto de caracteres definido pelo TRANSPORTADOR para identificação do CARREGADOR em cada PONTO DE ENTRADA ou PONTO DE SAÍDA, conforme o caso.

1.1.9 **CONDIÇÕES-BASE:** entendem-se como tais a temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil trezentos e vinte e cinco Pascals).

1.1.10 **CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA:** significam as condições de temperatura de 20°C (vinte graus Celsius), a pressão absoluta de 101.325 Pa (cento e um mil, trezentos e vinte e cinco Pascals) e o PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS), base seca, para o GÁS, igual ao PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR).

1.1.11 **CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO:** significa o documento celebrado pelas PARTES nos termos do modelo contido no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste CONTRATO, o qual estabelecerá as condições operacionais, as condições comerciais, os direitos e as obrigações de cada PARTE com relação a uma TRANSAÇÃO e que passará a integrar automaticamente este CONTRATO. Mediante acordo entre as PARTES e celebração de termo aditivo, o referido modelo poderá ser modificado, a qualquer tempo durante a vigência do CONTRATO, visando lograr melhorias em sua gestão e operação.

1.1.12 **CONTRATO:** significa este Contrato de Condições Gerais para Compra e Venda de GÁS NATURAL, assim como seus anexos e termos aditivos que venham a ser celebrados entre as PARTES.

1.1.13 **CONTRATO DE TRANSPORTE:** significa o contrato para prestação de serviço de transporte, usando o SISTEMA DE TRANSPORTE, celebrado entre TRANSPORTADOR e CARREGADOR, podendo ser, conforme o caso:

- (a) **CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA,** quando o CONTRATO DE TRANSPORTE tiver por objeto a prestação do serviço de transporte de entrada; ou
- (b) **CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA,** quando o CONTRATO DE TRANSPORTE tiver por objeto a prestação do serviço de transporte de saída.

1.1.14 **DIA:** significa um período de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas a começar às 00:00 h (zero horas) de um dia calendário, terminando às 24:00 h (vinte e quatro horas) do referido dia calendário, referenciados a GMT-3h (Greenwich Meridian Time menos três horas).

1.1.15 **DIA ÚTIL:** significa qualquer dia em que os bancos sejam obrigados a operar simultaneamente nas cidades onde se encontram as sedes das PARTES.

1.1.16 **DISPUTA:** significa qualquer controvérsia concernente à interpretação ou à execução do CONTRATO que deverá ser submetida às regras da CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS.

1.1.17 DOCUMENTO DE COBRANÇA: significa qualquer fatura, nota fiscal, duplicata ou nota de débito e seu respectivo boleto bancário ou notificação com indicação dos dados bancários suficientes para transferência bancária, bem como qualquer outro título ou NOTIFICAÇÃO emitida por uma PARTE à outra para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do CONTRATO, pela outra PARTE.

1.1.18 ENCARGOS MORATÓRIOS: significam os encargos cobrados em razão de atraso no pagamento de qualquer valor devido, conforme definido no item 7.3.

1.1.19 EVENTO DE INADIMPLEMENTO: significa qualquer dos eventos definidos no item 19.1.

1.1.20 FALHA DE FORNECIMENTO: situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de uma TRANSAÇÃO, de não efetiva nominação e programação junto ao TRANSPORTADOR, pela VENDEDORA, da injeção da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) de GÁS estabelecida na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO no(s) PONTO(S) DE ENTRADA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, indicando o CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO CARREGADOR da COMPRADORA como CARREGADOR DE SAÍDA.

Excetuar-se-ão qualquer das seguintes hipóteses em que não se configurará FALHA DE FORNECIMENTO:

- (a) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (b) ter a COMPRADORA ou terceiro por ela contratado sido responsável por tal ocorrência.

1.1.21 FALHA DE RETIRADA: situação caracterizada pela ocorrência, em determinado DIA de uma TRANSAÇÃO, de não efetiva nominação e programação junto ao TRANSPORTADOR, pela COMPRADORA, da retirada da QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP) de GÁS estabelecida na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO no(s) PONTO(S) DE SAÍDA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, indicando o CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO CARREGADOR da VENDEDORA como CARREGADOR DE ENTRADA.

Excetuar-se-ão qualquer das seguintes hipóteses em que não se configurará FALHA DE RETIRADA:

- (a) ser o fato atribuído a CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR;
- (b) ter a VENDEDORA ou terceiro por ela contratado sido responsável por tal ocorrência.

1.1.22 GARANTIA DE PAGAMENTOS: significa a garantia instituída nos termos deste CONTRATO para assegurar à VENDEDORA o recebimento dos pagamentos devidos em decorrência do CONTRATO, conforme definido na **Erro! Fonte de referência não encontrada.**

1.1.23 GÁS NATURAL ou GÁS: significa o gás natural objeto do presente CONTRATO, composto pela mistura de hidrocarbonetos constituída essencialmente de metano, outros hidrocarbonetos e gases não combustíveis, que se extrai de reservatórios naturais e que se encontra no estado gasoso quando nas CONDIÇÕES-BASE.

1.1.24 IGP-M: significa o Índice Geral de Preços do Mercado divulgado pela Fundação Getúlio Vargas – FGV ou outro índice que venha a substituí-lo. Caso o IGP-M seja extinto e não seja substituído por outro índice, as PARTES acordarão, mediante celebração de termo aditivo, um novo índice para atender ao mesmo fim.

1.1.25 LEI: significa qualquer espécie de ato normativo (como, por exemplo, lei, decreto, resolução, portaria) vigente no Brasil que afete diretamente o cumprimento, por qualquer uma das PARTES, das disposições previstas no CONTRATO.

1.1.26 **MÊS:** significa um período que:

- (a) para o primeiro MÊS, começará no DIA do início de vigência deste CONTRATO e terminará no último DIA do correspondente mês;
- (b) para o último MÊS de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA do correspondente mês e terminará no último DIA de vigência do CONTRATO;
- (c) para os demais MESES de vigência do CONTRATO, começará no primeiro DIA desse mês e terminará no último DIA daquele mesmo mês;

observando-se, ademais, que o termo “mês”, quando não grafado em maiúsculas, significa mês calendário. MENSALMENTE será interpretado de modo correspondente.

1.1.27 **METRO CÚBICO (m³):** significa o volume de GÁS que, nas CONDIÇÕES-BASE, ocupa o volume de 1 (um) metro cúbico.

1.1.28 **MODELO DE ENTRADA E SAÍDA:** significa o modelo de contratação de transporte de GÁS NATURAL no qual a capacidade de entrada e a capacidade de saída são contratadas independentemente uma da outra, no qual a VENDEDORA é responsável pela contratação da capacidade de transporte de entrada e a COMPRADORA é responsável pela contratação da capacidade de transporte de saída.

1.1.29 **MULTA:** significa o valor percentual definido nos ENCARGOS MORATÓRIOS, aplicado como penalidade pelo atraso no pagamento, por uma das PARTES, de qualquer valor devido em decorrência deste CONTRATO.

1.1.30 **NOTIFICAÇÃO:** significa qualquer comunicação entre as PARTES, dirigida aos domicílios constituídos na CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO, cujo recebimento possa ser provado, pela PARTE emitente, de forma inequívoca, tal como uma notificação judicial ou extrajudicial, carta, comunicação eletrônica, fac-símile ou qualquer outro meio de notificação escrita que ofereça garantias semelhantes de comprovação de recebimento, conforme estipulado na referida cláusula. Entenda-se NOTIFICAR e suas flexões verbais como o ato de enviar uma NOTIFICAÇÃO.

1.1.31 **NOTIFICAÇÃO DE TRANSAÇÃO:** operação em que os CARREGADORES podem, ao longo do DIA, efetuar entre si, a troca de titularidade do GÁS sob custódia do TRANSPORTADOR, sendo certo que as trocas de titularidade não implicarão em alteração das quantidades de gás para injeção e retirada nos PONTOS DE ENTRADA e PONTOS DE SAÍDA.

1.1.32 **PARCELA DE MOLÉCULA (PM):** significa a parcela referente à molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG).

1.1.33 **PARCELA DE TRANSPORTE (PT):** significa a parcela referente ao transporte da molécula contida no PREÇO DO GÁS (PG).

1.1.34 **PORTE(S):** no singular, significa PETROBRAS ou CEGÁS, conforme o contexto; no plural, significa PETROBRAS e CEGÁS, conjuntamente.

1.1.35 **PARTE AFETADA:** significa a PARTE que invocar a ocorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

1.1.36 PODER CALORÍFICO DE REFERÊNCIA (PCR): significa o PCS de 9.400 kcal/m³ (nove mil e quatrocentas QUILOCALORIAS por METRO CÚBICO).

1.1.37 PODER CALORÍFICO SUPERIOR (PCS): Significa quantidade de energia liberada na forma de calor, na combustão completa de uma quantidade definida de gás com ar, à pressão constante e com todos os produtos de combustão retornando à temperatura inicial dos reagentes, sendo que a água formada na combustão está no estado líquido. A determinação do PCS se fará com base no método ISO 6976 de 2016, ou suas revisões posteriores, em base seca, com ARREDONDAMENTO em três casas decimais. Sua unidade de medida será kcal/m³ (QUILOCALORIA por METRO CÚBICO).

1.1.38 PONTO DE ENTRADA: significa o local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE, no qual o GÁS NATURAL ingressa no SISTEMA DE TRANSPORTE e é entregue ao TRANSPORTADOR pelo CARREGADOR DE ENTRADA ou por quem este venha a indicar.

1.1.39 PONTO DE ENTREGA: significa a localidade física em que, a partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO detalhando uma TRANSAÇÃO, ocorre a entrega do GÁS, pela VENDEDORA à COMPRADORA, localizado após o PONTO DE ENTRADA do SISTEMA DE TRANSPORTE, no MODELO DE ENTRADA E SAÍDA, nas condições estabelecidas neste CONTRATO.

1.1.40 PONTO DE SAÍDA: significa o local físico no SISTEMA DE TRANSPORTE, no qual o GÁS NATURAL é colocado pelo TRANSPORTADOR à disposição do CARREGADOR DE SAÍDA ou a quem este venha a indicar.

1.1.41 PORTAL DE RELACIONAMENTO: significa as plataformas eletrônicas utilizadas pela PETROBRAS, disponibilizadas na internet e utilizadas como interface de comunicação entre a VENDEDORA e a COMPRADORA. As PARTES concordam que o uso dessas ferramentas (Canal Cliente constante no endereço eletrônico <http://canalcliente.petrobras.com.br> e Portal SAP ARIBA constante no endereço eletrônico <https://service.ariba.com>), ou as plataformas eletrônicas que as substituírem, ocorrerão nas formas previstas em seus respectivos contratos, e que esse será o meio utilizado para receber ou disponibilizar os DOCUMENTOS DE COBRANÇA. Na indisponibilidade do PORTAL DE RELACIONAMENTO, a comunicação entre as PARTES será realizada por meio de NOTIFICAÇÃO.

1.1.42 PREÇO DO GÁS: significa o preço do GÁS, em R\$/m³ (reais por METRO CÚBICO), a ser pactuado a cada TRANSAÇÃO e estipulado na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO.

1.1.43 QUANTIDADE DE GÁS: significa um volume de GÁS, expresso em METROS CÚBICOS nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA.

1.1.44 QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP): significa a QUANTIDADE DE GÁS estipulada na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO que a VENDEDORA tenha acordado disponibilizar à COMPRADORA no PONTO DE ENTREGA, nas condições previstas neste CONTRATO.

1.1.45 QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR): significa, em uma TRANSAÇÃO, a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente programada pelo TRANSPORTADOR, no DIA, para injeção de GÁS pela VENDEDORA e retirada de GÁS pela COMPRADORA, no âmbito de seus respectivos CONTRATOS DE TRANSPORTE.

1.1.46 QUANTIDADE NÃO PROGRAMADA DE ENTRADA (QNPE): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 17.2.

1.1.47 QUANTIDADE NÃO PROGRAMADA DE SAÍDA (QNPS): significa a QUANTIDADE DE GÁS calculada na forma do item 16.2.

1.1.48 QUANTIDADE PROGRAMADA DE ENTRADA (QPE): significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente nominada e programada pela VENDEDORA junto ao TRANSPORTADOR para injeção do GÁS no PONTO DE ENTRADA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, indicando o CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO CARREGADOR da COMPRADORA como CARREGADOR DE SAÍDA.

1.1.49 QUANTIDADE PROGRAMADA DE SAÍDA (QPS): significa a QUANTIDADE DE GÁS efetivamente nominada e programada pela COMPRADORA junto ao TRANSPORTADOR para retirada do GÁS no PONTO DE SAÍDA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, indicando o CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO CARREGADOR da VENDEDORA como CARREGADOR DE ENTRADA.

1.1.50 SISTEMA DE TRANSPORTE: conjunto de instalações físicas de propriedade do TRANSPORTADOR necessárias à prestação do serviço de transporte, incluindo, mas não se limitando a, dutos, estações de compressão, estações de medição, estações de redução de pressão, PONTOS DE ENTRADA, PONTOS DE SAÍDA e pontos de interconexão, existentes ou que venham a ser instalados.

1.1.51 REPRESENTANTE: significa quaisquer diretores, conselheiros, administradores, empregados, contratados, subcontratados, prepostos a qualquer título, auditores, advogados, consultores, comitentes ou AFILIADA, ou, ainda, qualquer pessoa física ou jurídica que participou das negociações e/ou teve acesso às informações confidenciais.

1.1.52 SALDOS DE DESEQUILÍBRIO DO PORTFÓLIO DO CARREGADOR: significa a diferença acumulada entre as quantidades de gás programadas e as injetadas por um CARREGADOR nos PONTOS DE ENTRADA com a diferença acumulada entre quantidades de gás programadas e as retiradas por este mesmo CARREGADOR nos PONTOS DE SAÍDA.

1.1.53 SENTENÇA ARBITRAL: significa a decisão final proferida em procedimento de ARBITRAGEM.

1.1.54 SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS: significa o conjunto de medidas previstas na CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS cujo objetivo é dirimir todas as controvérsias oriundas do presente CONTRATO.

1.1.55 TRANSAÇÃO: significa uma operação de compra e venda de GÁS nos termos e condições acordados na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO celebrada entre as PARTES.

1.1.56 TRANSPORTADOR: significa a empresa que realiza atividade de transporte de gás natural, por meio de gasoduto, do PONTO DE ENTRADA até o PONTO DE SAÍDA. Para efeitos deste CONTRATO, considera-se como TRANSPORTADOR a empresa Transportadora Associada de Gás (TAG).

1.1.57 TRIBUNAL ARBITRAL: significa o tribunal constituído para SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS conforme referido no item **Erro! Fonte de referência não encontrada.** e subitens.

1.1.58 TRIBUTO: significa todos os tributos federais, estaduais e municipais definidos na LEI.

1.1.59 VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR): significa a indenização pela resolução antecipada do CONTRATO, definida conforme item 19.5**Erro! Fonte de referência não encontrada..**

CLÁUSULA SEGUNDA – OBJETO

2.1 O presente instrumento tem por objeto estabelecer os termos e condições gerais que deverão reger as potenciais TRANSAÇÕES entre as PARTES, disciplinando a venda de GÁS pela VENDEDORA e a compra de GÁS pela COMPRADORA, segundo as condições estipuladas neste CONTRATO.

2.1.1 Cada TRANSAÇÃO será regida por este CONTRATO e pela respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO, que constituirão um único acordo entre as PARTES.

CLÁUSULA TERCEIRA – PRAZO DE VIGÊNCIA

3.1 O CONTRATO entrará em vigor nada de sua assinatura e iniciará sua eficácia em 01/01/2026 e seu término ocorrerá no DIA 31/12/2026, podendo ser prorrogado por até igual período mediante acordo entre as PARTES e celebração de termo aditivo.

3.1.1 O presente CONTRATO extinguir-se-á automaticamente após o término do prazo de vigência estabelecido no item 3.1, sem a necessidade de qualquer NOTIFICAÇÃO por qualquer das PARTES.

3.2 O término da vigência do CONTRATO não afetará quaisquer direitos ou obrigações das PARTES, que sejam anteriores a tal evento, ainda que seu exercício ou cumprimento se dê após o término do CONTRATO.

8.1.1.1 Sem prejuízo do disposto no item 3.1, permanecerão válidas as regras referentes a incidências tributárias, SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS, conduta das PARTES e sigilo e confidencialidade constantes na

3.3 CLÁUSULA NONA – TRIBUTAÇÃO, na CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS, na CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA - GOVERNANÇA, bem como as que, expressa ou tacitamente, devam permanecer em vigor após a resolução do CONTRATO.

CLÁUSULA QUARTA – QUANTIDADE CONTRATADA

4.1 A quantidade contratada de gás, a ser considerada para os compromissos de retirada e de fornecimento de GÁS no PONTO DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será definida a cada TRANSAÇÃO a partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO.

CLÁUSULA QUINTA – COMPROMISSOS DE RETIRADA E DE FORNECIMENTO

5.1 Compromissos de retirada de GÁS pela COMPRADORA:

A partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO formalizando uma TRANSAÇÃO, a COMPRADORA compromete-se a nominar e programar junto ao TRANSPORTADOR a retirada das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) estabelecidas na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO no(s) PONTO(S) DE SAÍDA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, indicando o CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO CARREGADOR da VENDEDORA como CARREGADOR DE ENTRADA. Caso a COMPRADORA não efetivamente nomine e programe junto ao TRANSPORTADOR as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) e seja caracterizada FALHA DE RETIRADA, ficará exposta à penalidade por FALHA DE RETIRADA prevista no item 16.1.1, exceto nas situações de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR ou em que a VENDEDORA ou terceiro por ela contratado tenha sido responsável por tal ocorrência.

5.2 Compromissos de fornecimento de GÁS pela VENDEDORA:

A partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO formalizando uma TRANSAÇÃO, a VENDEDORA compromete-se a nominar e programar junto ao TRANSPORTADOR a injeção das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) estabelecidas na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO no(s) PONTO(S) DE ENTRADA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, indicando o CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO CARREGADOR da COMPRADORA como CARREGADOR DE SAÍDA. Caso a VENDEDORA não efetivamente nomine e programe junto ao TRANSPORTADOR as QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) e seja caracterizada FALHA DE FORNECIMENTO, ficará exposta à penalidade por FALHA DE FORNECIMENTO prevista no item 17.1.1, exceto nas situações de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR ou em que a COMPRADORA ou terceiro por ela contratado tenha sido responsável por tal ocorrência.

CLÁUSULA SEXTA – PREÇO DO GÁS

6.1 O PREÇO DO GÁS, válido para a data de vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, no PONTO DE ENTREGA e nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será constituído pela soma da PARCELA DE TRANSPORTE (PT) com a PARCELA DE MOLÉCULA (PM), conforme detalhamento abaixo:

6.1.1 PARCELA DE TRANSPORTE (PT): O valor da PARCELA DE TRANSPORTE (PT) do PREÇO DO GÁS (PG), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será definido a cada TRANSAÇÃO a partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO.

6.1.2 PARCELA DE MOLÉCULA (PM): O valor da PARCELA DE MOLÉCULA (PM) do PREÇO DO GÁS (PG), nas CONDIÇÕES DE REFERÊNCIA, será definido a cada TRANSAÇÃO a partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO.

6.1.3 Critério de reajuste: preço fixo, sem reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA – FATURAMENTO

7.1 Faturamento regular do GÁS.

Pelo fornecimento de GÁS em um dado MÊS, o valor do faturamento de cada TRANSAÇÃO, com base na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO, será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FAT = \left(\sum_{j=1}^N PG_j \times QDR_j \right); \text{ onde:}$$

FAT	É o valor do faturamento, relativo a cada TRANSAÇÃO, pelo fornecimento do GÁS a ser pago pela COMPRADORA na forma prevista neste CONTRATO.
PG_j	É o PREÇO DO GÁS (PG) no dia "j" relativo a cada TRANSAÇÃO ocorrida no MÊS, acrescido dos TRIBUTOS aplicáveis.
QDR_j	É a QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) no dia "j".
N	É o número de DIAS do MÊS em que tenha(m) ocorrido a(s) TRANSAÇÃO(ÕES).
j	É o j-ésimo DIA do MÊS.

7.1.1 A VENDEDORA emitirá contra a COMPRADORA um DOCUMENTO DE COBRANÇA referente ao faturamento de cada TRANSAÇÃO, nos termos do item 7.1 acima, devido pela COMPRADORA, no qual serão incluídos os TRIBUTOS devidos.

7.2 Periodicidade dos Faturamentos

7.2.1 As cobranças do faturamento do GÁS, das penalidades, assim como de quaisquer valores devidos por qualquer PARTE no âmbito do presente CONTRATO, serão realizadas MENSALMENTE, após o correspondente MÊS a que se refiram, através da emissão dos respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

7.2.2 Serão objeto de cobrança à COMPRADORA também na forma acima, as multas e demais encargos ou penalidades que venham a ser impostas por qualquer Fazenda Pública à VENDEDORA em virtude da não observância, pela COMPRADORA, de qualquer uma das exigências legais existentes para uso de qualquer incentivo ou benefício fiscal que venha a ser instituído condicionalmente.

7.3 ENCARGOS MORATÓRIOS

7.3.1 No caso de atraso no pagamento de qualquer valor devido por uma PARTE à outra, o valor em atraso estará sujeito a atualização monetária calculada com base na variação do IGP-M, ou outro índice que o suceder, acrescido de juros de 1% (um por cento) *pro rata temporis*, desde o vencimento da obrigação até a sua efetiva liquidação, além de MULTA de 2% (dois por cento) sob o valor total do pagamento atualizado. O cálculo deverá considerar 4 (quatro) casas decimais para ARREDONDAMENTO.

CLÁUSULA OITAVA – DOCUMENTOS DE COBRANÇA

8.2 Apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA

8.2.1 Os DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser emitidos e apresentados pela VENDEDORA à COMPRADORA até às 16h do 5º (quinto) DIA ÚTIL do MÊS seguinte ao MÊS a que se refiram.

8.2.2 Nas TRANSAÇÕES deste CONTRATO em que a PETROBRAS figurar como VENDEDORA, a apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA pela VENDEDORA à COMPRADORA se dará prioritariamente pelo PORTAL DE RELACIONAMENTO (Canal Cliente - <https://canalcliente.petrobras.com.br>).

8.2.3 Nas TRANSAÇÕES deste CONTRATO em que a PETROBRAS figurar como COMPRADORA, os DOCUMENTOS DE COBRANÇA e as correspondentes notas fiscais serão obrigatoriamente enviadas pela VENDEDORA à COMPRADORA no endereço eletrônico por ela informado e sua entrega deve ser protocolada junto à COMPRADORA eletronicamente por meio do PORTAL DE RELACIONAMENTO (Portal SAP ARIBA - <https://service.ariba.com>).

8.2.4 A CEGÁS, desde já, adere às condições estipuladas pela PETROBRAS para utilização do PORTAL DE RELACIONAMENTO (Canal Cliente - <https://canalcliente.petrobras.com.br> e Portal SAP ARIBA - <https://service.ariba.com>).

8.2.5 Caso haja algum problema operacional que impossibilite a apresentação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA nos PORTAIS DE RELACIONAMENTO, estes deverão ser enviados pela VENDEDORA por meio de NOTIFICAÇÃO.

8.3 Data de Vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA

8.3.1 Os valores dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA deverão ser pagos pela COMPRADORA, em moeda corrente do País, emitidos e apresentados conforme item 8.2, até o 10º (décimo) DIA do MÊS subsequente ao do recebimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, ficando estabelecido que caso o 10º (décimo) DIA do MÊS subsequente ao do recebimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA em questão não seja um DIA ÚTIL, a COMPRADORA poderá efetuar o pagamento no primeiro DIA ÚTIL seguinte. Aplicam-se esses mesmos prazos para os DOCUMENTOS DE COBRANÇA apresentados pela COMPRADORA à VENDEDORA.

8.3.2 Em caso de atraso na entrega do DOCUMENTO DE COBRANÇA na data prevista no item 8.2.1, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de dias de atraso.

8.3.3 No caso da emissão de DOCUMENTOS DE COBRANÇA complementares e/ou de ajustes, estes deverão ser pagos preservando o intervalo mínimo de 5 (cinco) DIAS ÚTEIS entre a data de apresentação e a data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA.

8.4 Estrutura dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

8.4.1 A VENDEDORA definirá as informações que constarão nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA, observadas as determinações legais aplicáveis.

8.4.2 Serão incluídos nos DOCUMENTOS DE COBRANÇA os TRIBUTOS e encargos devidos em decorrência direta do CONTRATO ou de sua execução, vigentes nas datas das TRANSAÇÕES a que se referem os respectivos DOCUMENTOS DE COBRANÇA.

8.5 Cobranças Objeto de Controvérsia.

8.5.1 No caso de DISPUTA em relação a qualquer aspecto relativo ao DOCUMENTO DE COBRANÇA, incluindo, sem limitação, volumes de GÁS indicados, premissas, critérios, valor do PREÇO DO GÁS, número de DIAS de fornecimento, ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, a PARTE devedora deverá, no prazo máximo de 30 (trinta) DIAS da data de recebimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA em questão, NOTIFICAR a DISPUTA à PARTE credora, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, além de outros elementos importantes para elucidar a DISPUTA, observando-se o abaixo previsto a fim de possibilitar a resolução expedita da DISPUTA, sem prejuízo da obrigação de efetuar o pagamento dos valores não controversos, que não são objeto de DISPUTA, nas respectivas datas de vencimento.

8.5.1.1 Se a PARTE credora concordar com a PARTE devedora, NOTIFICARÁ a esta sua concordância, encerrando a DISPUTA, efetuando os ressarcimentos eventualmente necessários e dando plena quitação em relação ao montante objeto da DISPUTA.

8.5.1.2 Caso a PARTE devedora e a PARTE credora não cheguem a um acordo com relação ao montante objeto da DISPUTA em, no máximo, 30 (trinta) DIAS contados a partir da NOTIFICAÇÃO da DISPUTA, ou o ressarcimento não seja realizado nos termos previstos no item 8.5.1.1, no prazo de 45 (quarenta e cinco) DIAS, a DISPUTA poderá ser submetida à ARBITRAGEM, devendo eventual saldo credor apurado em ARBITRAGEM ser pago no prazo máximo de 20 (vinte) DIAS contados da respectiva SENTENÇA ARBITRAL, atualizado monetariamente pela variação do IGP-M e acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês pro rata die.

CLÁUSULA NONA – TRIBUTAÇÃO

9.1 A VENDEDORA compromete-se a levar em conta, na apresentação de sua proposta, os tributos devidos em decorrência direta deste CONTRATO ou de sua execução, não cabendo qualquer reivindicação fundada em erro nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de

preço ou reembolso por recolhimentos determinados pela autoridade competente, observadas exceções dispostas no subitem 9.1.1.

9.1.1 Não se entendem como tributos devidos em decorrência direta deste Contrato aqueles cujo ônus econômico deve ser suportado pela VENDEDORA, tais como: IRPJ, CSLL, contribuições previdenciárias sobre folha de pagamentos, dentre outros.

9.1.2 No DOCUMENTO DE COBRANÇA a ser emitido pela VENDEDORA constará o PREÇO DO GÁS, sendo incluídos, no momento do faturamento, os TRIBUTOS devidos em decorrência direta deste CONTRATO.

9.2 Se, durante o prazo de vigência do CONTRATO, ocorrer a criação de novos TRIBUTOS, a alteração de alíquotas e/ou alteração de base de cálculo, ou ainda a extinção de TRIBUTOS existentes, a instituição de incentivos fiscais de qualquer natureza e/ou a isenção ou redução de TRIBUTOS, ou, ainda, alterações no PONTO DE ENTREGA, que, de forma direta, venham a majorar ou reduzir, comprovadamente, o ônus tributário da VENDEDORA, o valor faturado passará a refletir a majoração ou redução ocorrida, compensando-se, quando cabível, a diferença decorrente das respectivas alterações.

9.2.1 A revisão prevista no item 9.2 para majorar o preço contratual somente ocorrerá se o aumento da carga tributária não for resultante de decisão da VENDEDORA, tais como a modificação do estabelecimento remetente do GÁS ou a adesão a sistema simplificado de tributação, entre outros, ou ainda de mera circunstância econômica, como o enquadramento em nível de tributação superior em função do crescimento da receita, já previsível ou existente quando da celebração do CONTRATO.

9.3 O valor faturado será imediatamente ajustado, com vistas a excluir o valor de tributo que se torne total ou parcialmente indevido em razão de: (i) enquadramento em hipótese legal de dispensa de contestação, oferecimento de contrarrazões e de interposição de recursos pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e de não constituição de crédito tributário pelos Auditores-Fiscais da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil; (ii) súmula vinculante do STF; (iii) decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal pela via da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) ou em processos com repercussão geral reconhecida ou (iv) suspensão de execução da norma pelo Senado Federal, compensando-se, quando necessário, a diferença decorrente das respectivas alterações.

9.4 Caso ocorram erros (i) de medição do volume; (ii) de alocação; (iii) de identificação do estabelecimento remetente/destinatário do GÁS, que venham acarretar equívocos no cumprimento de obrigação tributária principal e/ou acessória, tem-se que eventuais encargos, juros, multas ou outras penalidades pecuniárias, imputados a qualquer das PARTES pelo Fisco, serão suportados exclusivamente pela PARTE que comprovadamente houver dado causa ao equívoco, por meio de DOCUMENTO DE COBRANÇA emitido com vencimento do dia 25 (vinte e cinco) do MÊS seguinte ao MÊS a que se refira ou no 1º (primeiro) DIA ÚTIL imediatamente subsequente.

9.4.1 As PARTES se comprometem a fornecer, no prazo de 15 (quinze) dias contados do envio da NOTIFICAÇÃO realizada pela outra PARTE, todos os documentos solicitados pelos órgãos competentes e exigidos pela legislação de regência, inclusive a declaração de não aproveitamento do crédito tributário.

9.5 Caso a VENDEDORA seja autuada por cobrança de tributo em decorrência de informação inexata prestada pela COMPRADORA, esta deverá arcar com os prejuízos causados à VENDEDORA, mediante pagamento do valor da autuação, acrescido de todos os custos

despendidos, inclusive processuais, independente da possibilidade de defesa administrativa ou judicial.

9.6 Se, durante ou após a execução do contrato, as autoridades fiscais entenderem que a VENDEDORA aplicou tributo em valor inferior ao devido, exigindo-lhe a diferença, a VENDEDORA comunicará à COMPRADORA sobre a autuação fiscal e procederá à cobrança dos valores, no momento em que efetuar a quitação da autuação fiscal.

9.7 Se, durante ou após a execução do contrato, a VENDEDORA constatar que algum tributo foi aplicado em valor inferior ao devido, o valor será cobrado imediatamente da COMPRADORA mediante faturamento complementar, cabendo exclusivamente à VENDEDORA, na condição de contribuinte, eventuais acréscimos moratórios decorrentes do recolhimento insuficiente do tributo.

9.8 Se, durante a execução do CONTRATO, ficar constatado que, por ocasião da emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA, a VENDEDORA aplicou algum tributo devido em decorrência direta deste CONTRATO em valor superior ao devido, os valores indevidamente cobrados serão compensados nos faturamentos posteriores, conforme legislação aplicável, desde que a COMPRADORA apresente a documentação solicitada, em especial a declaração de não aproveitamento de créditos, sem prejuízo do pagamento integral dos tributos no caso de não apresentação da declaração.

9.9 A COMPRADORA deve se manter cadastrada, vinculada e/ou credenciada, durante toda a vigência deste CONTRATO, ao Ajuste SINIEF 03/2018, nos termos da sua cláusula primeira, § 3º, ou a qualquer LEI que venha a substituí-lo ou conceder tratamento diferenciado às obrigações tributárias relacionadas às operações de circulação e prestação de serviço de transporte de gás natural por meio de gasoduto e cuja fruição do tratamento diferenciado também exija a adesão, vinculação ou credenciamento das PARTES, conforme aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIAS DE PAGAMENTOS

10.1 A COMPRADORA deverá, caso previsto na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO e observadas as demais condições específicas lá estabelecidas, oferecer à VENDEDORA uma das garantias descritas abaixo (“GARANTIA DE PAGAMENTOS”), sendo a escolha feita a critério exclusivo da COMPRADORA, resguardado à VENDEDORA o direito de avaliar e aceitar os termos e condições da modalidade de garantia escolhida pela COMPRADORA, quando aplicável:

10.1.1 Carta de Fiança Bancária, seguindo as condições mínimas previstas no **Erro! Fonte de referência não encontrada.** deste CONTRATO, emitida por uma instituição financeira com sede no Brasil que possua limite de crédito disponível com a outra PARTE no momento de sua emissão e que apresente:

- a) ao menos duas classificações em escala global de longo prazo igual ou superior a BBB- pela Standard & Poors, Baa3 pela Moody's e BBB- pela Fitch, além de credit default swap (CDS) inferior a 300 (trezentos) pontos base; ou
- b) ao menos duas classificações em escala local de longo prazo igual ou superior a brAA- pela Standard & Poors, Aa3.br pela Moody's e AA-(bra) pela Fitch;

10.1.2 Garantia Corporativa, nos termos do **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, apresentada por (i) uma sociedade controladora (*Parent Company*) ou controlada (em ambos os casos, direta ou indiretamente), ou sob controle comum da COMPRADORA (sendo o controle verificado nos termos da Lei nº 6.404/1976), ou (ii) por uma terceira pessoa ou entidade. Em

qualquer desses casos, a garantidora deverá possuir avaliação de crédito, bem como as condições da garantia, previamente aceitas pela VENDEDORA.

10.1.3 Outras modalidades de garantias, desde que previamente aceitas pela VENDEDORA.

10.2 O valor da GARANTIA DE PAGAMENTOS deverá ser estabelecido em cada CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO, conforme aplicável.

10.3 A COMPRADORA deverá: (i) pagar, nas respectivas datas de vencimento, o valor integral correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que não apresente valor controvertido, emitido pela VENDEDORA contra a COMPRADORA referente ao CONTRATO, ou, (ii) no caso de DOCUMENTO DE COBRANÇA com valores controvertidos, deverá proceder consoante o disposto no item 8.5.

10.3.1 Em caso de inadimplemento pela COMPRADORA da obrigação descrita no item 10.3 acima, além das demais previsões estabelecidas neste CONTRATO, a VENDEDORA poderá, no 11º (décimo primeiro) DIA imediatamente após a respectiva data de vencimento do DOCUMENTO DE COBRANÇA, executar a GARANTIA DE PAGAMENTOS ofertada nos termos do item 10.1, se aplicável, no valor correspondente ao montante não pago (no todo ou em parte) do DOCUMENTO DE COBRANÇA ou não questionado, na forma do item 8.5, para valores controvertidos. O valor da garantia a ser executado será correspondente ao valor do DOCUMENTO DE COBRANÇA não pago, acrescido dos ENCARGOS MORATÓRIOS, calculados para o período decorrido desde a data do vencimento até a data da efetiva liberação dos recursos da GARANTIA DE PAGAMENTOS.

10.3.2 Na hipótese de execução da(s) GARANTIA(S) DE PAGAMENTOS pela VENDEDORA ou de inadimplência pela COMPRADORA de qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA não questionado nos termos do procedimento estabelecido no item 8.5 por período superior a 10 (dez) DIAS, a VENDEDORA poderá suspender a linha de crédito para a COMPRADORA, NOTIFICANDO a COMPRADORA sobre esta suspensão em até 2 (dois) DIAS ÚTEIS. Neste caso, o fornecimento de GÁS para futura(s) TRANSAÇÃO(ÕES) somente poderá ser realizado mediante pagamento antecipado enquanto não houver o integral pagamento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA inadimplidos, incluindo os ENCARGOS MORATÓRIOS, e seja recomposta integralmente a GARANTIA DE PAGAMENTOS, sem prejuízo do direito de suspender o fornecimento de GÁS.

10.4 Caso sejam oferecidas as GARANTIAS DE PAGAMENTOS mencionadas nas alíneas a) e b) do item 10.1.1 e a respectiva emissora da GARANTIA DE PAGAMENTOS deixe de ser classificada, em escala global ou local, em ao menos um dos níveis de classificação de risco exigidos, a COMPRADORA se compromete a substituir tal GARANTIA DE PAGAMENTOS no prazo de até 5 (cinco) DIAS da divulgação do evento que desenquadrrou a emissora da GARANTIA DE PAGAMENTOS do nível mínimo de classificação de risco.

10.5 Caso haja inadimplemento da COMPRADORA relativamente à sua obrigação de oferecimento, manutenção da validade, substituição, complementação ou restabelecimento da GARANTIA DE PAGAMENTOS, a VENDEDORA, a seu exclusivo critério, poderá solicitar que o fornecimento de GÁS para futura(s) TRANSAÇÃO(ÕES) seja realizado somente mediante pagamento antecipado, observado o prazo de 5 (cinco) DIAS a partir da NOTIFICAÇÃO.

10.6 É facultado à VENDEDORA, a seu exclusivo critério, conceder linha de crédito para a COMPRADORA.

10.6.1 Para concessão e manutenção de linha de crédito junto à VENDEDORA, a COMPRADORA deverá apresentar, sempre que solicitado, os demonstrativos contábeis legais para permitir a análise do seu desempenho econômico-financeiro, para fins exclusivos de concessão de crédito.

10.6.1.1 A VENDEDORA se compromete em manter sob sigilo as informações solicitadas nos termos do item 10.6.1.

10.6.1.2 Caso o resultado da análise citada no item 10.6.1 assim exija, a VENDEDORA poderá solicitar GARANTIA DE PAGAMENTOS para respaldar a concessão e a manutenção da linha de crédito.

10.6.1.3 Caso a COMPRADORA não apresente as garantias solicitadas nos termos do subitem 10.6.1.2 a VENDEDORA poderá não conceder, suspender ou restringir a linha de crédito ao limite compatível com as garantias apresentadas.

10.6.1.4 As linhas de crédito concedidas pela VENDEDORA poderão ser revistas a qualquer momento.

10.7 A COMPRADORA poderá, se consensado entre as PARTES, em substituição às demais alternativas de GARANTIA DE PAGAMENTOS apresentadas nesta **Erro! Fonte de referência não encontrada.**, realizar, em até 5 (cinco) DIAS ÚTEIS antes da(s) TRANSAÇÃO(ÕES), pré-pagamento em valor correspondente a futura(s) TRANSAÇÃO(ÕES), acrescido dos tributos que sejam devidos em decorrência direta da execução deste CONTRATO.

10.7.1 A COMPRADORA deverá encaminhar à VENDEDORA, por meio de NOTIFICAÇÃO, de forma imediata, o comprovante de depósito no valor do adiantamento calculado conforme item 10.7.

10.7.2 Caso as PARTES optem pela manutenção da alternativa à GARANTIA DE PAGAMENTOS prevista no item 10.7, para a(s) TRANSAÇÃO(ÕES) subsequentes, deverá a COMPRADORA restabelecer o valor relativo ao pré-pagamento nas mesmas condições do item 10.7, observando, se houver, eventual saldo não utilizado após quitação de todos os DOCUMENTOS DE COBRANÇA, vencidos e vincendos, com valores ainda em aberto relativos às obrigações do CONTRATO.

18.1 Se imediatamente após o vencimento dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA o valor disponível junto à VENDEDORA a título de pré-pagamento não for suficiente para quitação dos DOCUMENTOS DE COBRANÇA e a COMPRADORA não realizar os seus respectivos pagamentos nos termos do CONTRATO, estará caracterizado o inadimplemento por parte da COMPRADORA para fins da **ARBITRAGEM**.

Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, envidarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer DISPUTA decorrente ou relacionada com o CONTRATO, inclusive quanto à sua interpretação ou execução. A negociação terá duração de 30 (trinta) DIAS, prorrogáveis por mais 30 (trinta) DIAS, contados a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES acerca da ocorrência da DISPUTA. Sem prejuízo disso, qualquer das PARTES poderá encerrar a negociação a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO para a outra PARTE e instaurar a ARBITRAGEM.

18.1.1 Caso a DISPUTA não seja solucionada amigavelmente na forma do item acima, esta, por iniciativa de qualquer das PARTES, deverá ser, exclusiva e definitivamente, resolvida por ARBITRAGEM administrada pela Câmara de Comércio Internacional ("CCI"), de acordo com o seu Regulamento de ARBITRAGEM. O TRIBUNAL ARBITRAL terá sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, local onde a SENTENÇA ARBITRAL será proferida.

18.1.2 A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

18.1.3 A DISPUTA será solucionada na ARBITRAGEM, aplicando-se a LEI brasileira.

18.1.4 O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

18.1.5 O TRIBUNAL ARBITRAL será composto por 3 (três) membros, escolhidos nos termos do Regulamento de ARBITRAGEM da CCI.

18.1.6 A SENTENÇA ARBITRAL deverá ser emitida por escrito e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, salvo nos casos previstos em LEI.

18.1.7 As PARTES poderão, antes da constituição do TRIBUNAL ARBITRAL, requerer a qualquer autoridade judicial competente a concessão de tutelas de urgência (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito) e das medidas judiciais previstas ou compatíveis com o Regulamento de Arbitragem da CCI ou com a Lei n.º 9.307/1996.

18.1.7.1 As ações judiciais nesse sentido ou aquelas destinadas à execução de medidas cautelares de proteção de direitos concedidas pelo TRIBUNAL ARBITRAL não serão consideradas como atos de renúncia à ARBITRAGEM.

18.1.8 Quaisquer requerimentos formulados à autoridade judicial ou tutelas por ela concedidas ou denegadas deverão ser informados imediatamente ao TRIBUNAL ARBITRAL. O TRIBUNAL ARBITRAL poderá, a qualquer tempo, reapreciar a tutela concedida judicialmente, mantendo, alterando ou revogando-a ou, ainda, se denegada, concedendo-a.

18.1.9 Fica eleito, com exclusão de qualquer outro, o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para as ações cautelares de que tratam os itens 18.1.7 a 18.1.8 ou para qualquer pleito relacionado à interpretação ou execução do CONTRATO que, por sua natureza, não possa ser decidido pela via arbitral.

18.1.10 As despesas e custos relacionados à ARBITRAGEM, incluindo honorários de sucumbência, honorários de árbitros e de peritos e despesas administrativas com a Câmara Arbitral serão suportadas de acordo com o que for determinado pelo TRIBUNAL ARBITRAL; sendo certo que, em nenhuma hipótese a parte vencida deverá suportar, total ou parcialmente, os honorários contratualmente ajustados entre a parte vencedora e seus advogados, bem como eventuais assistentes técnicos e pareceristas.

18.1.11 O CONTRATO será regido e interpretado e todas as controvérsias dele emergentes ou com ele relacionadas serão resolvidas de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

18.1.12 A existência, o conteúdo e as decisões da ARBITRAGEM serão mantidos em sigilo pelas PARTES, exceto nas hipóteses permitidas no Regulamento de Arbitragem da CCI.

10.7.3 CLÁUSULA DÉCIMA NONA – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO, bem como a VENDEDORA estará imediatamente desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, e a efetuar a entrega de qualquer QUANTIDADE DE GÁS.

10.7.4 Eventual saldo existente a título de pré-pagamento não utilizado pela COMPRADORA para quitação de obrigações contratuais ao final do CONTRATO deverá ser devolvido pela VENDEDORA à COMPRADORA em até 30 (trinta) dias após o fim do CONTRATO, ou quando solicitado pela COMPRADORA, desde que não existam na data de devolução faturas vencidas ou vincendas.

10.7.5 Não incidirá sobre os valores devolvidos nenhuma atualização ou compensação financeira.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – NEGOCIAÇÃO DA TRANSAÇÃO

11.1 A qualquer tempo, a PARTE que tenha interesse em vender ou comprar GÁS da outra PARTE poderá encaminhar uma proposta comercial por meio de correio eletrônico contendo as condições comerciais (período de fornecimento, PONTO DE ENTREGA, volume, PREÇO DO GÁS,

validade da proposta e prazo para manifestação da contraparte) pretendidas para uma futura TRANSAÇÃO.

11.1.1 A PARTE que recebeu a proposta comercial, a seu exclusivo critério e a qualquer tempo após o recebimento da proposta comercial, poderá aceitar ou não, as condições comerciais propostas para a futura TRANSAÇÃO.

11.1.2 Nos casos em que a PARTE que recebeu a proposta comercial não tenha aceitado as condições comerciais propostas, esta poderá encaminhar sua proposta comercial com condições comerciais alternativas (período de fornecimento, PONTO DE ENTREGA, volume, PREÇO DO GÁS, validade da proposta e prazo para manifestação da contraparte) para negociação quanto à futura TRANSAÇÃO.

11.1.3 As PARTES poderão realizar diversas interações buscando convergirem para condições comerciais viáveis para ambas as PARTES visando a uma futura TRANSAÇÃO.

11.1.4 O envio de propostas comerciais entre as PARTES não gerará qualquer dever ou obrigação de compra ou venda entre as PARTES de qualquer QUANTIDADE DE GÁS para as quais as propostas comerciais tenham sido enviadas.

11.2 Caso haja convergência em relação às condições comerciais, as PARTES deverão celebrar uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO, que será incorporada a este CONTRATO, e este CONTRATO e a respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO constituirão um único instrumento entre as PARTES quanto a uma TRANSAÇÃO.

11.2.1 As PARTES só estarão sujeitas aos direitos e às obrigações relacionados a uma TRANSAÇÃO a partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO detalhando a respectiva TRANSAÇÃO.

11.2.2 Após celebrada a CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO, as condições comerciais de uma TRANSAÇÃO só poderão ser alteradas mediante comum acordo entre as PARTES, devendo ser celebrada nova CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO indicando expressamente que a nova CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO revoga a anterior cujas condições comerciais foram alteradas.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – PONTO DE ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DE PROPRIEDADE

12.1 O(s) PONTO(S) DE ENTREGA serão estipulados para cada TRANSAÇÃO nos termos previstos na respectiva CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO a ser celebrada entre as PARTES.

12.2 A transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA à COMPRADORA ocorrerá imediatamente à jusante do PONTO DE ENTREGA, sendo de exclusiva responsabilidade da (i) VENDEDORA a contratação, junto ao TRANSPORTADOR, do serviço de transporte relativo à entrada do SISTEMA DE TRANSPORTE relativo ao PONTO DE ENTREGA definido na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO, e da (ii) COMPRADORA a contratação, junto ao TRANSPORTADOR, do serviço de transporte relativo à saída do SISTEMA DE TRANSPORTE relativo ao PONTO DE ENTREGA definido na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO.

12.3 Alternativamente, a transferência de propriedade do GÁS da VENDEDORA à COMPRADORA poderá ser realizada, total ou parcialmente, via SALDOS DE DESEQUILÍBRIO DO PORTFÓLIO DO CARREGADOR.

12.3.1 Na hipótese prevista no item 12.3 acima, para efeitos deste CONTRATO, entende-se que a nomeação e programação de GÁS junto ao TRANSPORTADOR equivale à emissão, pela VENDEDORA na qualidade de CARREGADOR DE ENTRADA e pela COMPRADORA na qualidade de CARREGADOR DE SAÍDA, e da aceitação, pelo TRANSPORTADOR, de NOTIFICAÇÃO DE TRANSAÇÃO informando a troca de titularidade de GÁS entre a VENDEDORA e a COMPRADORA, sendo que a troca de titularidade do GÁS não implicará em alteração das quantidades de gás injetadas e retiradas.

12.4 Quaisquer riscos e/ou responsabilidades, inclusive sobre a perda do GÁS, em decorrência de eventos e/ou acidentes ocorridos:

- até o PONTO DE ENTREGA correrão por conta da VENDEDORA;
- a partir do PONTO DE ENTREGA correrão por conta da COMPRADORA.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – CONDIÇÕES DE ENTREGA

13.1 As condições de entrega do GÁS (pressões e vazões de fornecimento) a ser disponibilizado pela VENDEDORA no PONTO DE ENTREGA serão estabelecidas no CONTRATO DE TRANSPORTE entre a VENDEDORA e o TRANSPORTADOR, observando-se os termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – MEDIÇÃO

14.1 As PARTES concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades – SI, exceto onde indicado de forma diversa neste CONTRATO.

14.2 A QUANTIDADE DIÁRIA RETIRADA (QDR) será expressa com ARREDONDAMENTO para número inteiro.

14.3 A unidade de medida de volume será o METRO CÚBICO nas CONDIÇÕES BASE.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – QUALIDADE

15.1 Os parâmetros de qualidade do GÁS a ser entregue pela VENDEDORA no PONTO DE ENTREGA serão estabelecidos no CONTRATO DE TRANSPORTE entre VENDEDORA e TRANSPORTADOR, atendendo aos requisitos estabelecidos na Resolução ANP N° 16 de 17/06/2008, e em suas revisões ou outra que venha a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente ou qualquer outras deliberação ou autorização da ANP ou de qualquer outro órgão competente que expressamente autorize a comercialização do GÁS com base em outros requisitos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PENALIDADE DA COMPRADORA

16.1 Penalidade por FALHA DE RETIRADA

A partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO detalhando uma TRANSAÇÃO, a COMPRADORA compromete-se a nominar e programar junto ao TRANSPORTADOR a retirada das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) estabelecidas na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO no(s) PONTO(S) DE SAÍDA no âmbito do CONTRATO DE TRANSPORTE DE SAÍDA, indicando o CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO CARREGADOR

da VENDEDORA como CARREGADOR DE ENTRADA, excetuadas as situações de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR ou em que a VENDEDORA ou terceiro por ela contratado tenha sido responsável por tal ocorrência.

16.1.1 Caso, em determinado DIA de uma TRANSAÇÃO, ocorra FALHA DE RETIRADA, a COMPRADORA deverá pagar à VENDEDORA, pela QUANTIDADE NÃO PROGRAMADA DE SAÍDA, como reparação única e exigível, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PFR = 0,3 \times PG \times QNPS ; \text{ onde:}$$

<i>PFR</i>	É o valor em R\$, no DIA de uma TRANSAÇÃO, da penalidade devida pela COMPRADORA à VENDEDORA pela FALHA DE RETIRADA.
<i>PG</i>	É o PREÇO DO GÁS da TRANSAÇÃO conforme definido na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO.
<i>QNPS</i>	É a QUANTIDADE NÃO PROGRAMADA DE SAÍDA, calculada conforme item 16.2.

16.1.2 A penalidade estabelecida no item 16.1.1 acima é a única indenização aplicável à COMPRADORA nesta hipótese. Nenhuma outra indenização será devida pela COMPRADORA, ainda que as perdas e danos incorridos pela VENDEDORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

16.2 Apuração da QUANTIDADE NÃO PROGRAMADA DE SAÍDA (QNPS)

Em qualquer DIA de uma TRANSAÇÃO, como consequência de FALHA DE RETIRADA, a QUANTIDADE NÃO PROGRAMADA DE SAÍDA será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QNPS_j = QDP_j - QPS_j - QN_{FMj}; \text{ onde:}$$

<i>QNPS_j</i>	é a QUANTIDADE NÃO PROGRAMADA DE SAÍDA em determinado DIA de uma TRANSAÇÃO.
<i>QDP_j</i>	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no correspondente DIA “j” de uma TRANSAÇÃO por PONTO DE ENTREGA.
<i>QPS_j</i>	É a QUANTIDADE PROGRAMADA DE SAÍDA (QPS) no DIA “j” de uma TRANSAÇÃO por PONTO DE ENTREGA.
<i>QN_{FMj}</i>	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não programadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR ou de situação em que a VENDEDORA ou terceiro por ela contratado tenha sido responsável por tal ocorrência, para o DIA “j” de uma TRANSAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PENALIDADE DA VENDEDORA

17.1 Penalidade por FALHA DE FORNECIMENTO

A partir da celebração de uma CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO detalhando uma TRANSAÇÃO, a VENDEDORA compromete-se a nominar e programar junto ao TRANSPORTADOR a injeção das QUANTIDADES DIÁRIAS PROGRAMADAS (QDP) estabelecidas na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO no(s) PONTO(S) DE ENTRADA no âmbito do

CONTRATO DE TRANSPORTE DE ENTRADA, indicando o CÓDIGO DE IDENTIFICAÇÃO DO CARREGADOR da COMPRADORA como CARREGADOR DE SAÍDA, excetuadas as situações de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR ou em que a COMPRADORA ou terceiro por ela contratado tenha sido responsável por tal ocorrência.

17.1.1 Caso, em determinado DIA de uma TRANSAÇÃO, ocorra FALHA DE FORNECIMENTO, a VENDEDORA deverá pagar à COMPRADORA, pela QUANTIDADE NÃO PROGRAMADA DE ENTRADA, como reparação única e exigível, uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$PFF = 0,3 \times PG \times QNPE ; \text{ onde:}$$

<i>PFF</i>	É o valor em R\$, no DIA de uma TRANSAÇÃO, da penalidade devida pela VENDEDORA à COMPRADORA pela FALHA DE FORNECIMENTO.
<i>PG</i>	É o PREÇO DO GÁS da TRANSAÇÃO conforme definido na CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO.
<i>QNPE</i>	É a QUANTIDADE NÃO PROGRAMADA DE ENTRADA, calculada conforme item 17.2.

17.1.2 A penalidade estabelecida no item 17.1.1 acima é a única indenização aplicável à VENDEDORA nesta hipótese. Nenhuma outra indenização será devida pela VENDEDORA, ainda que as perdas e danos incorridos pela COMPRADORA tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

17.2 Apuração da QUANTIDADE NÃO PROGRAMADA DE ENTRADA (QNPE)

Em qualquer DIA de uma TRANSAÇÃO, como consequência de FALHA DE FORNECIMENTO, a QUANTIDADE NÃO PROGRAMADA DE ENTRADA será apurada de acordo com a seguinte fórmula:

$$QNPE_j = QDP_j - QPE_j - QN_{FMj}; \text{ onde:}$$

<i>QNPE_j</i>	é a QUANTIDADE NÃO PROGRAMADA DE ENTRADA em determinado DIA de uma TRANSAÇÃO.
<i>QDP_j</i>	é a QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA no correspondente DIA “j” de uma TRANSAÇÃO por PONTO DE ENTREGA.
<i>QPE_j</i>	É a QUANTIDADE PROGRAMADA DE ENTRADA (QPE) no DIA “j” de uma TRANSAÇÃO por PONTO DE ENTREGA.
<i>QN_{FMj}</i>	É o somatório das QUANTIDADES DE GÁS não programadas decorrente de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR ou de situação em que a COMPRADORA ou terceiro por ela contratado tenha sido responsável por tal ocorrência, para o DIA “j” de uma TRANSAÇÃO.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS

18.2 ARBITRAGEM.

Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação ou à execução do CONTRATO, as PARTES, antes de qualquer outra medida, enviarão os seus melhores esforços para solucionar amigavelmente, por meio de negociação, qualquer DISPUTA decorrente ou relacionada com o CONTRATO, inclusive quanto à sua interpretação ou execução. A negociação

terá duração de 30 (trinta) DIAS, prorrogáveis por mais 30 (trinta) DIAS, contados a partir da NOTIFICAÇÃO de qualquer das PARTES acerca da ocorrência da DISPUTA. Sem prejuízo disso, qualquer das PARTES poderá encerrar a negociação a qualquer tempo, mediante o envio de NOTIFICAÇÃO para a outra PARTE e instaurar a ARBITRAGEM.

18.2.1 Caso a DISPUTA não seja solucionada amigavelmente na forma do item acima, esta, por iniciativa de qualquer das PARTES, deverá ser, exclusiva e definitivamente, resolvida por ARBITRAGEM administrada pela Câmara de Comércio Internacional (“CCI”), de acordo com o seu Regulamento de ARBITRAGEM. O TRIBUNAL ARBITRAL terá sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, local onde a SENTENÇA ARBITRAL será proferida.

18.2.2 A ARBITRAGEM será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade ou com base em usos e costumes.

18.2.3 A DISPUTA será solucionada na ARBITRAGEM, aplicando-se a LEI brasileira.

18.2.4 O idioma de ARBITRAGEM e da sua decisão será o Português.

18.2.5 O TRIBUNAL ARBITRAL será composto por 3 (três) membros, escolhidos nos termos do Regulamento de ARBITRAGEM da CCI.

18.2.6 A SENTENÇA ARBITRAL deverá ser emitida por escrito e será vinculante para as PARTES. Será irrecorrível, salvo nos casos previstos em LEI.

18.2.7 As PARTES poderão, antes da constituição do TRIBUNAL ARBITRAL, requerer a qualquer autoridade judicial competente a concessão de tutelas de urgência (cautelares ou antecipação dos efeitos da tutela de mérito) e das medidas judiciais previstas ou compatíveis com o Regulamento de Arbitragem da CCI ou com a Lei n.º 9.307/1996.

18.2.7.1 As ações judiciais nesse sentido ou aquelas destinadas à execução de medidas cautelares de proteção de direitos concedidas pelo TRIBUNAL ARBITRAL não serão consideradas como atos de renúncia à ARBITRAGEM.

18.2.8 Quaisquer requerimentos formulados à autoridade judicial ou tutelas por ela concedidas ou denegadas deverão ser informados imediatamente ao TRIBUNAL ARBITRAL. O TRIBUNAL ARBITRAL poderá, a qualquer tempo, reapreciar a tutela concedida judicialmente, mantendo, alterando ou revogando-a ou, ainda, se denegada, concedendo-a.

18.2.9 Fica eleito, com exclusão de qualquer outro, o foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para as ações cautelares de que tratam os itens 18.1.7 a 18.1.8 ou para qualquer pleito relacionado à interpretação ou execução do CONTRATO que, por sua natureza, não possa ser decidido pela via arbitral.

18.2.10 As despesas e custos relacionados à ARBITRAGEM, incluindo honorários de sucumbência, honorários de árbitros e de peritos e despesas administrativas com a Câmara Arbitral serão suportadas de acordo com o que for determinado pelo TRIBUNAL ARBITRAL; sendo certo que, em nenhuma hipótese a parte vencida deverá suportar, total ou parcialmente, os honorários contratualmente ajustados entre a parte vencedora e seus advogados, bem como eventuais assistentes técnicos e pareceristas.

18.2.11 O CONTRATO será rígido e interpretado e todas as controvérsias dele emergentes ou com ele relacionadas serão resolvidas de acordo com as leis da República Federativa do Brasil.

18.2.12 A existência, o conteúdo e as decisões da ARBITRAGEM serão mantidos em sigilo pelas PARTES, exceto nas hipóteses permitidas no Regulamento de Arbitragem da CCI.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO

19.1 A ocorrência de qualquer uma das seguintes hipóteses constituirá EVENTO de INADIMPLEMENTO de quaisquer das PARTES:

- (a) o não pagamento, por qualquer das PARTES, no todo ou em parte, até a data de seu vencimento, do valor não controverso correspondente a qualquer DOCUMENTO DE COBRANÇA que lhe seja apresentado pela outra PARTE em razão deste CONTRATO. Quanto aos valores controversos, o não cumprimento por qualquer das PARTES do estabelecido no item 8.5 deste CONTRATO;
- (b) declaração de qualquer das PARTES de (i) insolvência; (ii) autofalência; (iii) falência; (iv) liquidação judicial ou extrajudicial; e/ou (v) intervenção de qualquer autoridade governamental competente, desde que tal intervenção tenha relação direta com o objeto do CONTRATO e comprovadamente inviabilize a sua continuidade;
- (c) violação aos itens 22.2 e/ou 22.3, alíneas **Erro! Fonte de referência não encontrada., Erro! Fonte de referência não encontrada., Erro! Fonte de referência não encontrada. e Erro! Fonte de referência não encontrada.;**
- (d) o descumprimento pela(s) PARTE(S) de qualquer das obrigações previstas no CONTRATO;
- (e) a violação das previsões constantes da **Erro! Fonte de referência não encontrada.;**
- (f) O descumprimento das obrigações estabelecida na **Erro! Fonte de referência não encontrada.,** formalizado pelo envio de NOTIFICAÇÃO da VENDEDORA à COMPRADORA, caracterizando tal descumprimento.

19.2 Caracterizado um EVENTO DE INADIMPLEMENTO de qualquer das PARTES entre as alíneas (a), (d), (e) e (f) do item 19.1, a PARTE adimplente deverá enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE para que esta possa sanar tal EVENTO DE INADIMPLEMENTO no prazo de 30 (trinta) DIAS contados do recebimento da referida NOTIFICAÇÃO, caso o evento seja sanável.

19.2.1 Transcorrido o prazo estabelecido no item 19.2 sem que o EVENTO DE INADIMPLEMENTO seja sanado, o presente CONTRATO poderá ser imediatamente resolvido pela PARTE adimplente, sem a necessidade de intervenção judicial, na forma do disposto na primeira parte do artigo 474 do Código Civil Brasileiro, bastando o envio de NOTIFICAÇÃO para a PARTE inadimplente.

19.2.2 Sem prejuízo do disposto no item 19.2.1, enquanto o EVENTO DE INADIMPLEMENTO não seja totalmente sanado, a VENDEDORA estará desobrigada de atender a qualquer solicitação de GÁS, desde que notifique a COMPRADORA sobre tal decisão com, no mínimo, 10 (dez) DIAS de antecedência da data a partir da qual pretende recusar solicitação de GÁS efetuada pela COMPRADORA. Eventual tolerância pela VENDEDORA em suspender a entrega de GÁS não significará renúncia de tal direito, podendo tal suspensão iniciar-se a qualquer momento, enquanto perdure o referido inadimplemento.

19.3 Na ocorrência do disposto nos itens 19.1 (b) e (c), o presente CONTRATO, incluindo as respectivas CONFIRMAÇÕES DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO eventualmente firmadas, poderá ser imediatamente resolvido pela PARTE adimplente, sem a necessidade de intervenção judicial, na forma do disposto na primeira parte do artigo 474 do Código Civil Brasileiro, bastando o envio de NOTIFICAÇÃO para a PARTE inadimplente.

19.4 Uma vez sanado qualquer EVENTO DE INADIMPLEMENTO previsto nas alíneas (a), (d), (e) e (f) do item 19.1, as obrigações das PARTES no CONTRATO serão restabelecidas e as PARTES não mais terão o direito de resolver o CONTRATO com base em tal inadimplemento.

19.5 Na hipótese de resolução do CONTRATO, a PARTE inadimplente deverá pagar à outra PARTE, como indenização única aplicável em tal caso, independentemente do valor das perdas e danos efetivamente incorridos, o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO (VIR) apurado conforme abaixo:

$$VIR = 0,20 \times \left(\sum_{j=1}^N QG_j \times PG_j \right), \text{ onde:}$$

<i>VIR</i>	Significa o VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO pela resolução antecipada do CONTRATO a ser pago pela PARTE inadimplente à outra PARTE.
<i>QG</i>	Significa a QUANTIDADE DE GÁS faltante para o término do(s) fornecimento(s) da(s) TRANSAÇÃO(ÕES) do DIA "j" que ainda não tenham sido encerrados em virtude do inadimplemento contratual.
<i>PG</i>	Significa o PREÇO DO GÁS (PG) vigente no DIA "j" para cada TRANSAÇÃO cujo fornecimento ainda não tenha sido encerrado em virtude do inadimplemento contratual.

19.6 Acordam as PARTES que o valor estipulado no item 19.5 representa a totalidade de indenização exigível da PARTE inadimplente, ainda que maior seja o montante das eventuais perdas e danos. Efetuado o pagamento, nada mais haverá a pleitear extrajudicialmente ou judicialmente em razão da resolução do CONTRATO.

19.6.1 Na hipótese de rescisão imotivada do CONTRATO, a PARTE que efetuar a resolução se sujeitará ao pagamento do VALOR DE INDENIZAÇÃO DA RESOLUÇÃO à outra PARTE.

19.7 Na hipótese de resolução deste CONTRATO com base no evento de inadimplemento previsto no item 19.1 (c), além da penalidade prevista no item 19.5, a PARTE inadimplente se sujeitará ao disposto no item 22.3 (h) deste CONTRATO.

19.8 Não se incluem na indenização prevista no item 19.5, os valores anteriormente devidos e não quitados, total ou parcialmente, durante a execução do CONTRATO. Os valores devidos pendentes de pagamento deverão ser pagos pela PARTE devedora, sem prejuízo da penalidade.

19.9 A PARTE adimplente emitirá um DOCUMENTO DE COBRANÇA à PARTE inadimplente com o valor correspondente à penalidade pela resolução antecipada do CONTRATO prevista no item 19.5, detalhando o seu cálculo. O DOCUMENTO DE COBRANÇA deverá ser pago em até 30 (trinta) DIAS após a data de sua emissão.

19.10 Quando da emissão do DOCUMENTO DE COBRANÇA referente à penalidade pela resolução antecipada do CONTRATO, serão acrescidos os tributos aplicáveis.

19.11 Adicionalmente às hipóteses previstas nessa cláusula, o presente CONTRATO poderá ser resolvido, sem que seja devida qualquer indenização por qualquer das PARTES:

- (a) por mútuo acordo entre as PARTES;
- (b) na ocorrência de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, reconhecido por ambas as PARTES, cujos efeitos subsistam por um período ininterrupto superior a 6 (seis) MESES, impedindo qualquer das PARTES de cumprir, total ou parcialmente, suas obrigações previstas neste CONTRATO.
- (c) pela impossibilidade de sobrevida do CONTRATO, em função de determinação legal;
- (d) pela perda, sem culpa de qualquer das PARTES, de qualquer das licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO,

sendo certo que as PARTES têm a obrigação de manter vigente durante o CONTRATO todas as licenças, concessões ou autorizações necessárias ao cumprimento do objeto do CONTRATO.

19.12 A resolução deste CONTRATO, nos termos previstos nesta cláusula, não eximirá as PARTES do pagamento dos valores eventualmente devidos à outra PARTE até a data de tal resolução ou a compensação de qualquer valor.

19.13 O inadimplemento de qualquer das PARTES em quaisquer outros contratos celebrados por elas não será considerado inadimplemento neste CONTRATO nem ocasionará a sua resolução, a aplicação de penalidade de qualquer natureza ou a suspensão de quaisquer obrigações aqui previstas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR

20.1 Caracteriza-se como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que afete qualquer uma das PARTES e que reúna, concomitantemente, todos os seguintes pressupostos:

- (a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da PARTE AFETADA;
- (b) que a PARTE AFETADA não concorra direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
- (c) que a atuação da PARTE AFETADA, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência;
- (d) que sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, pela PARTE AFETADA, de uma ou mais obrigações previstas neste CONTRATO.

20.2 Abrangência.

Sem prejuízo do disposto no item 20.1 e da existência de quaisquer outros eventos de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR que afetem qualquer das PARTES, fica, desde já, aceito e reconhecido como evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR qualquer evento que afete o cumprimento das obrigações de qualquer contrato celebrado pelas PARTES com terceiros referente ao transporte, distribuição, regaseificação e/ou à compra e venda de gás natural e GNL, necessário ao fornecimento do GÁS objeto do CONTRATO, e que seja comprovadamente caracterizado como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, conforme definido nesta cláusula.

20.3 Eventos excluídos.

20.3.1 Não se configuram como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR os seguintes eventos:

- (a) greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes ou prestadores de serviços contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA.
- (b) alteração das condições econômicas e financeiras da PARTE AFETADA.
- (c) qualquer quebra ou falha de qualquer setor de planta industrial, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à PARTE AFETADA, seus prestadores de serviços contratados ou subcontratados, exceto se decorrente diretamente da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.
- (d) atraso no desempenho das obrigações assumidas por prestadores de serviços

contratados ou subcontratados da PARTE AFETADA que afetem o cumprimento de quaisquer obrigações assumidas pela PARTE AFETADA neste CONTRATO, exceto se comprovado que o atraso por parte dos prestadores de serviços contratados ou subcontratados decorreu diretamente da ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

20.4 Procedimentos em ocorrências de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, deverão ser adotadas pela PARTE AFETADA as seguintes medidas:

- (a) informar sobre a ocorrência do evento e enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, tão logo quanto possível, apresentando as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações e as possíveis ações que serão tomadas, pela PARTE AFETADA, para remediar ou mitigar as consequências de tal evento.
- (b) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do CONTRATO o mais brevemente possível.
- (c) manter a outra PARTE informada a respeito de suas ações e de seu plano de ação.
- (d) prontamente enviar NOTIFICAÇÃO à outra PARTE da cessação do evento e de suas consequências.
- (e) permitir à outra PARTE, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da PARTE que deseje inspecionar.
- (f) complementar posteriormente a informação de que trata o item 20.4 (a) com a comprovação da ocorrência do CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da PARTE AFETADA.

20.4.1 Caso a NOTIFICAÇÃO de que trata o item 20.4 (a) seja enviada em até 72 (setenta e duas) horas contadas do conhecimento da ocorrência do evento, a suspensão das obrigações da PARTE AFETADA em decorrência de evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR se dará a partir da data em que o referido evento tenha se iniciado.

20.4.2 Na hipótese de a NOTIFICAÇÃO ser enviada após o prazo previsto no item 20.4.1, os efeitos do evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR somente se produzirão a partir da data de envio da NOTIFICAÇÃO.

20.4.3 Com relação ao item 20.4 (a), a PARTE AFETADA não estará obrigada a agir diferentemente do que seja apropriado às práticas da indústria, e semelhante à prática adotada em situações similares.

20.5 Obrigações não afetadas.

20.5.1 Nenhum CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR eximirá as PARTES de qualquer de suas obrigações devidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora sejam exigíveis durante ou posteriormente ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, em especial as obrigações de pagar as importâncias em dinheiro devidas conforme o CONTRATO.

20.6 Efeitos no CONTRATO.

20.6.1 Com a ocorrência de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, as PARTES, enquanto perdurarem os efeitos decorrentes de tal evento, estarão dispensadas do cumprimento das obrigações contratuais diretamente afetadas pelo evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, caracterizado nos termos deste CONTRATO, bem como exoneradas de qualquer responsabilidade pela falta ou atraso no cumprimento das obrigações que sejam diretamente atribuíveis ao evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

20.6.2 Para cada DIA de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será estabelecida uma nova QUANTIDADE DIÁRIA PROGRAMADA (QDP), considerando a QUANTIDADE DE GÁS que não será disponibilizada, constante na NOTIFICAÇÃO de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR conforme item 20.4. A QUANTIDADE DE GÁS que não possa ser entregue pela VENDEDORA no PONTO DE ENTREGA em função de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR será abatida do seu compromisso de fornecimento de GÁS.

20.7 Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, qualquer das PARTES poderá submetê-la à ARBITRAGEM, sendo que, enquanto perdurar a controvérsia, o evento de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR produzirá seus efeitos sobre as obrigações do CONTRATO.

20.8 Caso a SENTENÇA ARBITRAL determine que não ocorreu o CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR, ou a PARTE que alegou mude seu entendimento, a PARTE que tenha alegado tal evento será responsável pelas consequências previstas no CONTRATO devido ao não cumprimento das obrigações que foram suspensas por força do suposto evento alegado de CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – CESSÃO DE DIREITOS E OBRIGAÇÕES

21.1 Exceto na hipótese descrita no item 21.3, o CONTRATO, bem como todos os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderá ser cedido, no todo ou em parte, salvo com o consentimento por escrito da outra PARTE.

21.1.1 Autorizada a cessão, a PARTE remanescente poderá opor ao cessionário as exceções legais ou oriundas do CONTRATO que lhe competirem opor ao cedente, o qual permanece solidariamente responsável e obrigado ao cessionário até o cumprimento integral de todas as obrigações contratuais cedidas.

21.1.2 Na hipótese de cessão parcial do CONTRATO, a PARTE cedente e o cessionário serão solidariamente responsáveis por todos os direitos e obrigações deles decorrentes na proporção de seus respectivos volumes.

21.2 Uma PARTE somente poderá ceder ou dar em garantia, a qualquer título, no todo ou em parte, os créditos de qualquer natureza, decorrentes ou oriundos deste CONTRATO, com autorização prévia e por escrito da outra PARTE.

21.3 Uma PARTE poderá ceder o presente CONTRATO, mediante envio de NOTIFICAÇÃO à outra PARTE, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, total ou parcialmente, a qualquer uma de suas AFILIADAS, não estando sujeita, nesse caso, aos procedimentos previstos nesta **Erro! Fonte de referência não encontrada..**

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – GOVERNANÇA

22.1 Saúde Ocupacional, Meio Ambiente e Proteção ao Usuário Final.

22.1.1 As PARTES comprometem-se a observar as normas legais e regulatórias relacionadas ao transporte, além de envidar esforços para a adoção das melhores práticas da indústria internacional de gás natural e obediência às normas e procedimentos técnicos e científicos pertinentes, visando à garantia de:

- (a) segurança operacional, através do emprego de métodos e processos que assegurem a segurança ocupacional, a saúde ocupacional do trabalhador e a prevenção de acidentes operacionais;
- (b) preservação do meio ambiente e respeito às populações, através da adoção de tecnologias e procedimentos associados à prevenção e à mitigação de danos ambientais; e
- (c) proteção e segurança do usuário final quando da utilização do GÁS.

22.2 Vedação ao Nepotismo e Práticas Anticorrupção.

22.2.1 Cada PARTE não poderá manter, durante a execução do CONTRATO, membro do conselho de administração ou da diretoria ou administrador ou sócio que seja cônjuge, companheiro(a) ou parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau, de empregado(a) da outra PARTE detentor(a) de função de confiança: (i) que autorizou a contratação; (ii) que assinou o contrato; (iii) responsável pela demanda; (iv) responsável pela contratação; (v) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela demanda; (vi) hierarquicamente imediatamente superior ao responsável pela contratação.

22.2.2 O descumprimento da obrigação acima constituirá EVENTO DE INADIMPLEMENTO e acarretará rescisão contratual na forma da CLÁUSULA DÉCIMA NONA – INADIMPLEMENTO E RESOLUÇÃO DO CONTRATO.

22.3 Conduta das Partes

Em relação às operações, atividades e serviços relativos a este CONTRATO:

- (a) Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo (i) não realizaram, ofereceram, prometeram ou autorizaram, bem como (ii) não realizarão, oferecerão, prometerão ou autorizarão, a entrega de qualquer pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem, seja diretamente ou indiretamente, para o uso ou benefício direto ou indireto de qualquer autoridade ou funcionário público, partido político, representante de partido político, candidato a cargo eletivo ou qualquer outro indivíduo ou entidade, quando tal oferta, pagamento, presente, promessa, entretenimento ou qualquer outra vantagem constituir violação à Lei 12.846/13, ao United States Foreign Corrupt Practices Act de 1977 ou ao United Kingdom Bribery Act (coletivamente denominados as “Leis Anticorrupção”). Para os efeitos desta Cláusula, “Grupo” significa, em relação a cada uma das PARTES, suas controladoras, controladas, sociedades sob controle comum, seus administradores, diretores, prepostos, empregados, subcontratados, representantes e agentes.
- (b) Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo cumprirão as Leis Anticorrupção.
- (c) Adicionalmente, nas atividades econômicas e financeiras relativas a este CONTRATO, cada PARTE declara e garante que ela e os membros do seu Grupo não utilizaram ou utilizarão bens, direitos ou valores provenientes, direta ou indiretamente, de atividades ilícitas, bem como não ocultaram ou ocultarão, ou dissimularam ou dissimularão a sua natureza, origem, localização, disposição, movimentação ou propriedade, e cumprirão as demais normas referentes a lavagem de dinheiro, incluindo, porém não se

limitando, as condutas descritas na Lei 9.613/98 e demais legislações aplicáveis à PARTE.

- (d) Cada PARTE declara, garante e se compromete que ela e os membros do seu Grupo não pagaram ou pagarão, direta ou indiretamente por meio de qualquer pessoa ou entidade, quaisquer taxas, comissões ou reembolsos à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, bem como que não ofereceram, prometeram, autorizaram ou entregaram, tampouco oferecerão, prometerão, autorizarão ou entregarão à outra PARTE ou aos membros do Grupo da outra PARTE, qualquer presente ou entretenimento de forma a influenciar ou induzir qualquer ação ou omissão em relação a este CONTRATO.
- (e) Cada PARTE declara, garante e se compromete que não utilizou ou utilizará *broker*, agente, consultor ou qualquer outro intermediário na solicitação, obtenção, negociação, estruturação ou execução do presente CONTRATO ou em qualquer assunto relacionado a este CONTRATO, quando a utilização de tal *broker*, agente, consultor ou intermediário faça com que a PARTE viole os compromissos assumidos do item 22.3 alíneas (a), (b), (c) e (d) ou quando as ações de tal *broker*, agente, consultor ou intermediário caracterizem qualquer infração deste item 22.3 ou das Leis Anticorrupção.
- (f) As PARTES declaram, garantem e se comprometem que possuem políticas e procedimentos adequados em vigor e em relação à ética e conduta nos negócios e às Leis Anticorrupção.
- (g) Cada PARTE deverá responder com razoável detalhamento e com suporte documental adequado a qualquer solicitação razoável da outra PARTE relacionada aos compromissos, garantias e declarações realizadas neste item 22.3, sendo que as PARTES não serão obrigadas a apresentar informações protegidas por sigilo legal. Essa obrigação permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.
- (h) Cada PARTE ("Parte Indenizante") deverá defender, indenizar e manter a outra PARTE isenta de responsabilidade em relação a reivindicações, danos, perdas, multas, custos e despesas diretamente decorrentes de qualquer descumprimento dos compromissos e declarações previstas nesta Cláusula pela Parte Indenizante e pelos membros do Grupo da Parte Indenizante. Esta obrigação não se sujeita ao limite de responsabilidade previsto no item 19.5 e permanecerá válida independentemente do término do CONTRATO.
- (i) Cada PARTE deverá: (i) manter controles internos adequados relacionados às suas obrigações previstas do item 22.3 alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f); (ii) elaborar e preparar seus livros, registros e relatórios de acordo com as práticas contábeis usualmente adotadas, aplicáveis à PARTE; (iii) elaborar livros, registros e relatórios apropriados das transações da PARTE, de forma que reflitam, correta e precisamente, e com nível de detalhamento razoável, os ativos e os passivos da PARTE; (iv) manter os livros, registros e relatórios acima referidos pelo período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da vigência do CONTRATO e (v) cumprir a legislação aplicável.
- (j) Cada PARTE deverá providenciar, mediante solicitação razoável da outra PARTE, um certificado por escrito assinado por representante autorizado no sentido de ter a respectiva PARTE cumprido as determinações do item 22.3 alíneas (a), (b), (c), (d), (e) e (f).
- (k) Cada PARTE ("Parte Notificante"), sempre que tiver conhecimento, reportará qualquer solicitação ou oferta, explícita ou implícita, de qualquer vantagem pessoal feita por qualquer membro do Grupo da outra PARTE para a Parte Notificante. Tais solicitações

ou ofertas deverão ser reportadas, por escrito, para:

- <https://www.contatoseguro.com.br/petrobras> no caso da PETROBRAS; e
 - diretoria@cegas.com.br no caso da CEGÁS.
- (l) A CEGÁS reconhece que, além das resoluções sancionatórias do Conselho de Segurança das Nações Unidas, de observância obrigatória por força da Lei nº 13.810/2019, a PETROBRAS deve cumprir as leis, regulamentos, embargos, controles de exportação e medidas restritivas relacionadas a sanções econômicas administradas, emitidas e/ou executadas pelas instituições e agências governamentais dos Estados Unidos da América, União Europeia e Reino Unido ("Sanções").
- (m) Este CONTRATO não deverá ser interpretado ou aplicado de forma a impor às PARTES que pratique ações que a exponham ao risco de descumprimento de Sanções.
- (n) Nas atividades, operações, serviços e trabalhos relacionados ao presente CONTRATO, as PARTES deverão observar os regimes de Sanções, bem como abster-se de praticar ou interromper a prática de qualquer ação que exponha a outra PARTE ou outras empresas do seu Grupo ao risco de descumprimento de Sanções.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DOMICÍLIO E NOTIFICAÇÃO

23.1 As PARTES indicam, a seguir, os respectivos domicílios, únicos locais onde serão válidas todas as NOTIFICAÇÕES, efetuados por escrito, relacionados ao CONTRATO:

(i) Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

Av. Henrique Valadares, 28, 15º andar - Centro

CEP 20231-030 – Rio de Janeiro/RJ

E-mail: relacaocomercial@petrobras.com.br

A/C: Gerência de Relacionamento com Clientes de Comercialização de Gás Natural

(ii) Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

Av. Washington Soares, 6475 - José de Alencar

CEP: 60.830-005 – Fortaleza/CE

Fone: (85) 3266-6900/ 3266-6943

A/C: Gerência de Suprimentos e Transporte de Gás

23.2 Serão válidas ainda como NOTIFICAÇÃO quaisquer trocas de informação de ordem operacional, de uma PARTE a outra, mediante telefonema gravado, transmissão de fac-símile ou comunicação eletrônica, em qualquer caso, com confirmação de recebimento, desde que realizadas entre as centrais operacionais das PARTES, conforme a seguir:

(i) Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

Av. Henrique Valadares, 28, 15º andar

CEP 20231-030 – Rio de Janeiro/RJ

Plantão Emergencial: (21) 99329-1945

Correios eletrônicos (*e-mails*):

Programação: programacao.gas@petrobras.com.br

Consolidação: consolidacaogas@petrobras.com.br

Medição e Qualidade: controle.gas@petrobras.com.br

Calibração: medqual.gas@petrobras.com.br
Intervenção: intervencoes.gas@petrobras.com.br
Faturamento: faturamentogas@petrobras.com.br
Relacionamento com Clientes: relacaocomercial@petrobras.com.br

(ii) Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

Av. Washington Soares, 6475 - José de Alencar
CEP: 60.830-005 – Fortaleza/CE
Fone: (85) 3266-6900/ 3266-6943
A/C: Gerência de Suprimentos e Transporte de Gás
Plantão Emergencial: 0800-280-0069
Correios eletrônicos (*e-mails*):
Comercial: nominacao.suprimento@cegas.com.br
Programação: nominacao.suprimento@cegas.com.br
Medição e Qualidade: geopm@cegas.com.br

23.3 Qualquer uma das PARTES terá o direito de modificar seus dados para contato, acima indicados, mediante NOTIFICAÇÃO transmitida à outra PARTE.

23.4 Qualquer NOTIFICAÇÃO será considerada válida na data de seu efetivo e comprovado recebimento, exceto nos casos em que estiver expressamente previsto no CONTRATO de forma diversa.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – NOVAÇÃO

24.1 As estipulações previstas no CONTRATO não constituem novação de ajustes, acordos ou contratos de mesma natureza já existentes entre as PARTES, que permanecem inalterados.

24.2 Na eventualidade de uma das PARTES deixar de exigir o cumprimento de qualquer obrigação prevista no CONTRATO, tal prática não constituirá alteração, novação ou renúncia expressa ou tácita ao direito de fazê-lo em qualquer oportunidade. Qualquer modificação ou renúncia a um direito estabelecido no CONTRATO só será considerada válida e eficaz mediante manifestação por escrito.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 As PARTES declaram, pelo presente, que:

- a) este CONTRATO cria obrigações legais, válidas e vinculantes, exequíveis de acordo com seus termos e condições;
- b) todas as autorizações necessárias para permitir a celebração deste CONTRATO e a execução de suas obrigações foram obtidas; e
- c) a assinatura, celebração e execução deste CONTRATO não entram em conflito com (i) qualquer outro contrato que tenham celebrado; (ii) seus documentos constitutivos; (iii) legislação em vigor; (iv) decisão judicial; ou (v) normas regulatórias.

25.2 Se qualquer disposição deste CONTRATO for considerada ilegal, inválida, ou inexecutável, de acordo com as LEIS em vigor durante a vigência deste CONTRATO, tal disposição será considerada completamente independente do CONTRATO. Este CONTRATO será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável não o integrasse e as disposições remanescentes permanecerão em pleno vigor e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.

26.2.1 Na hipótese do item 25.2, as PARTES, através de aditivos ao CONTRATO, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por uma disposição ou disposições outras que, dentro do legalmente possível, deverão aproximar-se do que as PARTES entendam ser a disposição original e a finalidade da mesma.

25.3 Este CONTRATO não poderá ser alterado senão por termo aditivo assinado por ambas as PARTES.

25.4 As PARTES declaram a mais ampla concordância com os termos deste CONTRATO, além de terem pleno conhecimento de que todas as cláusulas deste CONTRATO são suficientes e possuem todos os elementos necessários de operacionalização do mesmo.

25.5 As PARTES devem estar em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (Lei nº 13.709/18) - LGPD, assumindo, de forma ilimitada perante a outra PARTE, toda e qualquer responsabilidade por violação à legislação de proteção de dados e privacidade decorrente dos tratamentos que realizarem, diretamente ou por intermédio de outrem.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – CONFORMIDADE DAS PARTES

26.1 As PARTES expressam a sua concordância com o teor integral deste CONTRATO, obrigando-se a seu fiel e estrito cumprimento, em fé do que é firmado eletronicamente o presente, para um só efeito, junto com as 02 (duas) testemunhas abaixo, reconhecendo as PARTES a validade jurídica da solução disponibilizada por meio do Adobe Sign, adotada para assinatura eletrônica do CONTRATO, na forma do disposto no §2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2/01.

Rio de Janeiro, 02 de dezembro de 2025.

PETRÓLEO BRASILEIRO S.A. – PETROBRAS

Érico Moraes Leite

Érico Moraes Leite (2 de dezembro de 2025 16:30:38 GMT-3)

Érico Moraes Leite

P/ Gerente Geral de Comercialização de Gás e Energia

COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS

Miguel Antônio Cedraz Nery

Miguel Antônio Cedraz Nery (2 de dezembro de 2025 16:17:14 GMT-3)

Miguel Antonio Cedraz Nery
Diretor-Presidente

Gustav Souza Costa

Gustav Souza Costa (2 de dezembro de 2025 16:09:55 GMT-3)

Gustav Souza Costa
Diretor Técnico e Comercial

TESTEMUNHAS:

Rafael Mendes Rosa

Rafael Mendes Rosa (2 de dezembro de 2025 15:44:45 GMT-3)

Nome: Rafael Mendes Rosa

[REDACTED]

Thaís de Melo Cunha

Thaís de Melo Cunha (2 de dezembro de 2025 15:37:10 GMT-3)

Nome: Thaís de Melo Cunha

[REDACTED]

ANEXO A – CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO

Confirmação de Fornecimento e Recebimento Nº **XX**, de **XX/XX/XXXX**

COMPRADORA:	
VENDEDORA:	

Período de Fornecimento	Quantidade de Gás Programada (QDP) PCS 9.400 kcal/m ³	Ponto de Entrega	Parcela de Transporte (PT)	Parcela de Molécula (PM)	Preço do Gás (PG) (R\$/m ³)

Garantia de Pagamento (se aplicável): **xxxxxxxxxxxxxx**

Condições especiais: **xxxxxxxxxxxxxx**

O PREÇO DO GÁS (PG) considera a PARCELA DE MOLÉCULA (PM) e a PARCELA DE TRANSPORTE (PT) sendo apresentado em R\$/m³, ex-tributos, fixo e sem reajuste.

Mediante a celebração da presente CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO pelas PARTES, cada uma representada na forma de seu estatuto social, fica, para todos os fins de Direito, devidamente constituída uma TRANSAÇÃO para fornecimento de GÁS NATURAL pela VENDEDORA à COMPRADORA, que será regida pelos termos e condições do Contrato de Condições Gerais para Compra e Venda de Gás Natural celebrado pelas PARTES em **XX/XX/XXXX**, bem como pelos termos e condições específicos contidos nesta CONFIRMAÇÃO DE FORNECIMENTO E RECEBIMENTO.

Rio de Janeiro, **XX** de **xxxxxxxxxx** de **XXXX**.

Petróleo Brasileiro S.A. - PETROBRAS

Companhia de Gás do Ceará - CEGÁS

ANEXO B – CARTA DE FIANÇA BANCÁRIA

VALOR: R\$

PRAZO:

VALIDADE: / / a / /

FIADOR:

AFIANÇADA:

CREDORA:

FIADOR: Banco **[NOME COMPLETO DO BANCO FIADOR]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO DO BANCO FIADOR]**, inscrito no CNPJ sob o nº **[CNPJ DO BANCO FIADOR]** neste ato representado por **[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DO BANCO FIADOR]** na forma de seu Estatuto Social, doravante designado **FIADOR**, com endereço eletrônico **[ENDEREÇO ELETRÔNICO DO FIADOR]**.

AFIANÇADA: **[NOME COMPLETO DA AFIANÇADA]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO DA AFIANÇADA]**, com endereço eletrônico **[ENDEREÇO ELETRÔNICO DA AFIANÇADA]**, inscrito no CNPJ sob o nº **[CNPJ DA AFIANÇADA]**, neste ato representada por **[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DA AFIANÇADA]**, doravante denominada **AFIANÇADA**.

CREDORA: **[NOME COMPLETO DA CREDORA]**, com sede em **[ENDEREÇO COMPLETO DA CREDORA]**, com endereço eletrônico **[ENDEREÇO ELETRÔNICO DA CREDORA]**, inscrito no CNPJ sob o nº **[CNPJ DA CREDORA]**, neste ato representada por **[NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DA CREDORA]**, doravante denominada **CREDORA**.

1. OBJETO: Pelo presente instrumento particular de Carta de Fiança Bancária, e na melhor forma de direito, o **FIADOR**, legalmente representado pelo(s) signatário(s) da presente, conforme poderes conferidos na documentação anexa (Anexo I), declara-se como principal pagador e responsável solidário com a **AFIANÇADA**, de forma irretratável e incondicional, obrigando-se por si e sucessores, pelo pagamento, à **CREDORA**, das obrigações pecuniárias (“Obrigações Garantidas”) previstas no contrato **[INSERIR OBJETO, PARTES E DATA DE CELEBRAÇÃO DO CONTRATO GARANTIDO]** (“Contrato”), incluindo prejuízos advindos do não cumprimento do Contrato; multas punitivas aplicadas pela **CREDORA** à **AFIANÇADA**; prejuízos diretos causados à **CREDORA** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato, juros de mora, multa e demais encargos financeiros contados do vencimento de cada Obrigação Garantida até a efetiva liquidação do(s) débito(s).

2. PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Carta de Fiança Bancária possui vigência até **XXXXX** DIAS, contados a partir de **xx/xx/xx**, vencendo-se, portanto em **xx/xx/xxxx**, podendo o **FIADOR** ser comunicado da ocorrência do inadimplemento das Obrigações Garantidas em até 90 (noventa) DIAS após o vencimento do prazo de vigência da Carta Fiança, desde que o inadimplemento tenha ocorrido durante a vigência da Carta de Fiança Bancária.

2.1. Ressalvadas as hipóteses de renovação, uma vez decorrido o prazo de vigência, a presente Carta de Fiança Bancária extinguir-se-á de pleno direito, independentemente da emissão de termo de exoneração ou de algum outro documento que produza os mesmos efeitos por parte da **CREDORA**, ressalvadas as comunicações de inadimplemento ocorridas no prazo previsto no item 2 acima.

2.2. O valor desta fiança será atualizado pelo índice indicado no contrato, ou pelo índice que eventualmente vier a sucedê-lo.

3. PAGAMENTO. Na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas pela **AFIANÇADA**, o **FIADOR** se obriga a efetuar o pagamento das importâncias devidas no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do recebimento de comunicação escrita enviada pela **CREDORA** ("Prazo de Pagamento da Garantia"). A comunicação escrita será enviada por meio eletrônico para o e-mail constante no preâmbulo da presente Carta de Fiança Bancária.

3.1. O **FIADOR** se obriga, obedecido o limite especificado nesta Carta de Fiança Bancária, a atender às requisições de pagamento de quaisquer importâncias cobertas por esta garantia, mediante simples notificação da **CREDORA**, nos termos previsto no item 3 acima, independentemente de interferência, autorização da **AFIANÇADA**, de ordem judicial ou extrajudicial ou qualquer outra medida que assim determine.

3.2. Nenhuma objeção ou oposição da **AFIANÇADA** será admitida ou invocada pelo **FIADOR** com o fim de escusar-se do cumprimento da obrigação assumida neste instrumento perante a **CREDORA**.

4. ENCARGOS MORATÓRIOS E DESPESAS DE COBRANÇA. Na hipótese de ser a **CREDORA** compelida a ingressar judicial ou extrajudicialmente em face da **AFIANÇADA** e/ou do **FIADOR** para demandar o cumprimento das Obrigações Garantidas será aplicado multa moratória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do débito e encargos da dívida, além de despesas judiciais, extrajudiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data da propositura da medida judicial ou extrajudicial de cobrança.

5. RENÚNCIA AO BENEFÍCIO DE ORDEM. O **FIADOR** renuncia expressamente ao benefício de ordem previsto no artigo 827 do Código Civil Brasileiro ("CC"), nos termos do artigo 828, I, do CC, renuncia, também, expressamente aos benefícios de que tratam os artigos 834, 837, 838 e 839, todos do Código Civil Brasileiro em vigor (Lei nº 10.046/2002, de 10/01/2002) e ao artigo 794, *caput* e §1º, do Código de Processo Civil Brasileiro (Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015).

6. CESSÃO. Esta Carta de Fiança Bancária não poderá ser cedida, ou transferida a terceiros, seja total ou parcialmente, sem prévio e expresso consentimento por escrito da **CREDORA**.

7. FORO. Elege-se o foro **xxxxx [INSERIR O FORO DO CONTRATO PRINCIPAL]**, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, como competente para dirimir todas as questões e disputas decorrentes da presente Carta de Fiança Bancária.

8. DECLARAÇÕES.

8.1. A presente Carta de Fiança Bancária constitui título executivo extrajudicial, nos moldes do artigo 784, inciso III, do Código de Processo Civil Brasileiro e, para os efeitos do disposto no artigo 821 do Código Civil, o **FIADOR** reconhece e declara, como líquidas e certas, as Obrigações Garantidas.

8.2. A **CREDORA** se compromete a devolver, após o prazo para comunicação do inadimplemento previsto na Cláusula 2 – Prazo de Vigência, o original da presente Carta de Fiança Bancária, desde que o **FIADOR** tenha honrado todas as suas obrigações remanescentes e decorrentes dessa Carta de Fiança Bancária, ou seja, desde que todas as obrigações ora afiançadas, e eventualmente pendentes, tenham sido efetivamente adimplidas.

8.3. O **FIADOR** declara, ainda, sob as penas da lei, que esta Carta de Fiança Bancária foi emitida de acordo com as normas do Banco Central do Brasil e do seu Estatuto Social, que

possui todas as autorizações societárias necessárias para a celebração da presente Carta de Fiança Bancária, que seus signatários estão investidos dos poderes necessários para celebração desta garantia e que a prestação da fiança objeto desta Carta de Fiança Bancária não viola quaisquer normas, contratos, disposições estatutárias, documentos ou legislação a que o **FIADOR** estiver sujeito, sendo, portanto, válida, eficaz e vinculante nos termos aqui descritos.

8.4. **O FIADOR** compromete-se, desta forma, por seus bens e haveres, a tornar esta fiança firme e válida, em todo o tempo e, para maior clareza das obrigações aqui assumidas por eles, assinam o presente instrumento em 01 (uma) via original, que será entregue a **CREDORA** no início do prazo de vigência, na presença das testemunhas abaixo.

Rio de Janeiro, de de .

Nome:
Cargo:
CPF:

Nome:
Cargo:
CPF:

Testemunha:

Testemunha:

Nome:
CPF:

Nome:
CPF:

ANEXO I - DOCUMENTAÇÃO BÁSICA EXIGIDA DA AFIANÇADA E DO FIADOR:

A) A Carta de Fiança Bancária deverá conter as firmas dos representantes legais do **FIADOR** e da **AFIANÇADA** devidamente reconhecidas por **AUTENTICIDADE**.

B) Deverão ser anexados à Carta de Fiança Bancária, os seguintes documentos do **FIADOR**:

- Estatutos, especificando os poderes dos membros da Diretoria para afiançar;
- Ata da Assembleia que elegeu a atual Diretoria;
- Procuração da Diretoria delegando esses poderes aos signatários da Carta de Fiança Bancária.

ANEXO C – MODELO DE GARANTIA CORPORATIVA

CONTRATO DE GARANTIA CORPORATIVA QUE ENTRE SI CELEBRAM [NOME DA BENEFICIÁRIA] E [NOME DAS GARANTIDORAS]

GARANTIDORAS: [NOME COMPLETO DA GARANTIDORA], sociedade constituída sob as leis de [INSERIR PAÍS], com sede em [ENDEREÇO COMPLETO DA GARANTIDORA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (“CNPJ”) sob o nº [CNPJ DA GARANTIDORA], neste ato representada por [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DA GARANTIDORA], e [NOME COMPLETO DA GARANTIDORA], sociedade constituída sob as leis de [INSERIR PAÍS], com sede em [ENDEREÇO COMPLETO DA GARANTIDORA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (“CNPJ”) sob o nº [CNPJ DA GARANTIDORA], neste ato representada por [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DA GARANTIDORA], na forma de seus atos constitutivos, doravante designadas **GARANTIDORAS**;

BENEFICIÁRIA: [NOME COMPLETO DA BENEFICIÁRIA], sociedade constituída sob as leis de [INSERIR PAÍS], com sede em [ENDEREÇO COMPLETO DA BENEFICIÁRIA], inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (“CNPJ”) sob o nº [CNPJ DA BENEFICIÁRIA], neste ato representada por [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DA BENEFICIÁRIA], na forma de seus atos constitutivos, doravante denominada **BENEFICIÁRIA**; e

GARANTIDAS: [NOME COMPLETO DA GARANTIDA], sociedade constituída sob as leis do [PAÍS DA GARANTIDA], com sede em [ENDEREÇO DA GARANTIDA], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ DA GARANTIDA], neste ato representada por [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DA GARANTIDA], na forma de seus atos constitutivos, e [NOME COMPLETO DA GARANTIDA], sociedade constituída sob as leis do [PAÍS DA GARANTIDA], com sede em [ENDEREÇO DA GARANTIDA], inscrita no CNPJ sob o nº [CNPJ DA GARANTIDA], neste ato representada por [NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE DA GARANTIDA], na forma de seus atos constitutivos; doravante denominadas **GARANTIDAS**, na qualidade de intervenientes-anuentes.

GARANTIDORAS e **BENEFICIÁRIA**, denominadas em conjunto como **PARTES**, e, individualmente, **PARTE**, têm, entre si, justo e acertado o presente Contrato de Garantia Corporativa (“Contrato”), que será regido pelas cláusulas a seguir descritas.

1. **OBJETO:** As **GARANTIDORAS**, pelo presente instrumento particular, declaram-se, na melhor forma de direito e legalmente representadas pelos signatários da presente, principais pagadoras e responsáveis solidárias com as **GARANTIDAS**, de forma irrevogável e incondicional, obrigando-se por si e seus sucessores, pelo pagamento, à **BENEFICIÁRIA**, das obrigações de natureza pecuniária a serem assumidas pelas **GARANTIDAS** (“Obrigações Garantidas”), referentes aos contratos atuais e futuros de comercialização de xxxxxxxxx (“Contratos Principais”), que vierem a ser celebrados entre as **GARANTIDAS** e a **BENEFICIÁRIA** no período de xxx a xxx, até o limite de [INSERIR VALOR].

1.1 As **GARANTIDORAS** obrigam-se ainda ao pagamento de juros de mora, despesas judiciais e extrajudiciais, inclusive honorários de advogado e demais encargos financeiros contados de cada vencimento das Obrigações Garantidas até a efetiva liquidação do débito.

1.2 O valor desta garantia será atualizado pelo [INSERIR (o índice deve ser o mesmo estipulado nos Contratos Principais)] ou pelo índice que eventualmente vier a sucedê-lo.

1. **PRAZO DE VIGÊNCIA:** O presente Contrato vigorará desde a sua assinatura até 90 (noventa) dias após o fim do período previsto no item 1, incluindo-se eventuais renovações contratuais com o fim de estender sua vigência.

1.1. Ressalvadas as hipóteses de renovação, uma vez decorrido o prazo de 90 (noventa) dias a contar do término do período previsto no item 1, o presente Contrato extinguir-se-á de pleno direito, independentemente da emissão de termo de exoneração ou de algum outro documento que produza os mesmos efeitos por parte da **BENEFICIÁRIA**. Não obstante, permanecem as **GARANTIDORAS** obrigadas ao cumprimento das Obrigações Garantidas que não tenham sido adimplidas pelas **GARANTIDAS** durante o prazo de vigência do presente Contrato.

2. **PAGAMENTO:** Na hipótese de inadimplemento das Obrigações Garantidas, decorrente de ato ou omissão de responsabilidade das **GARANTIDAS**, cujo cumprimento é garantido pelo presente Contrato, as **GARANTIDORAS** se obrigam a efetuar o pagamento das importâncias que forem devidas, no prazo de 02 (dois) dias úteis contados do recebimento de comunicação escrita ("Notificação") enviada pela **BENEFICIÁRIA**. A Notificação será enviada por meio de carta registrada com aviso de recebimento, ou pelo envio de correio eletrônico, se for possível verificar a confirmação por escrito ou por qualquer outro meio que assegure haver o destinatário recebido a comunicação ou a notificação, de acordo com o contido no Anexo II do presente instrumento.

3.1 As **GARANTIDORAS** se obrigam, obedecido o limite especificado neste Contrato, a atender às requisições de pagamento de quaisquer importâncias cobertas por esta garantia, mediante simples notificação da **BENEFICIÁRIA**, independentemente de interferência ou autorização das **GARANTIDAS**, de ordem judicial ou extrajudicial ou de qualquer outra medida que assim determine.

3.2 A Notificação deverá necessariamente conter declaração da **BENEFICIÁRIA** de que a **GARANTIDA** não cumpriu obrigação prevista no Contrato Principal, indicando adequadamente a obrigação descumprida.

3.3 Na hipótese de ser a **BENEFICIÁRIA** compelida a ingressar judicial ou extrajudicialmente para demandar o cumprimento das Obrigações Garantidas através do presente Contrato, será aplicado o pagamento de multa moratória de **[INSERIR %]** sobre o valor total do débito, além de despesas judiciais, extrajudiciais e honorários advocatícios, devidos a partir da data da propositura da medida judicial ou extrajudicial de cobrança, sem prejuízo dos encargos previstos no item 1.1.

3. As **GARANTIDORAS** se obrigam, como principais pagadoras e devedoras solidárias, pelas Obrigações Garantidas, renunciando expressamente aos benefícios previstos no artigo 827, *caput*, nos termos do artigo 828, I, e nos artigos 834, 835, 837, 838 e 839, todos do Código Civil Brasileiro (Lei nº 10.046, de 10 de janeiro de 2002), bem como no artigo 794, *caput*, nos termos do artigo 794, §3º do Código de Processo Civil Brasileiro.

4. Este Contrato não poderá ser cedido, ou transferido a terceiros, seja total ou parcialmente, sem prévio e expresse consentimento por escrito da **BENEFICIÁRIA**.

5. As **GARANTIDORAS** declaram, sob as penas da lei, que este Contrato foi emitido de acordo com as normas de seus atos constitutivos; que possui todas as autorizações societárias necessárias para a celebração do presente Contrato; que seus signatários estão investidos dos poderes necessários para celebração deste Contrato; que possui bens, no seu domicílio, suficientes para adimplir as Obrigações Garantidas; e que a prestação da garantia objeto deste Contrato não viola quaisquer normas, contratos, disposições estatutárias, documentos ou

legislação a que as **GARANTIDORAS** estiverem sujeitas, sendo, portanto, válida, eficaz e vinculante nos termos aqui descritos.

[CASO AS GARANTIDORAS SEJAM DOMICILIADAS NO BRASIL: 6.1. As **GARANTIDORAS**, conforme Anexo III, apresentam os documentos que comprovam a representação para firmar o presente Contrato.]

6. As **GARANTIDAS** figuram como intervenientes-anuentes no presente Contrato, estando ciente e de acordo com todo o seu teor.

7. O presente Contrato será regido e interpretado, e todas as controvérsias dela emergentes ou com ela relacionadas serão resolvidas de acordo com o direito brasileiro.

8. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado do Rio de Janeiro para resolver quaisquer questões decorrentes deste Contrato, com expressa renúncia das **PARTES** quanto a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

9. Quaisquer alterações a este Contrato estão sujeitas à prévia aprovação das **PARTES**, por escrito.

10. As disposições deste Contrato são finais, vinculantes, irrevogáveis e irretratáveis e obrigam as **PARTES** e seus sucessores a qualquer título.

11. Em havendo nulidade de qualquer estipulação do presente Contrato, restarão válidas as demais disposições contratuais, não afetando assim a validade do negócio jurídico ora firmado em seus termos gerais.

12. Este Contrato foi redigido nos idiomas português e inglês. Caso ocorra conflito entre as versões em português e inglês, prevalecerá a versão em português.

13. Por estarem justas e acordadas, as **PARTES**, por intermédio de seus representantes legais, assinam o presente Contrato em 4 (quatro) vias de igual teor e forma.

Local, dia, mês, ano.

Garantidora / Guarantor

Por / By:

Cargo / Position:

Garantidora / Guarantor

Por / By:

Cargo / Position:

Beneficiária / Beneficiary

Por / By:

Cargo / Position:

Garantida / Debtor

Por / By:

Cargo / Position:

Garantida / Debtor

Por / By:

Cargo / Position:

Testemunha / Witness

Nome / Name:

Cadastro de Pessoas Físicas / Individual Taxpayers' Registry:

Testemunha / Witness

Nome / Name:

Cadastro de Pessoas Físicas / Individual Taxpayers' Registry:

ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO PRINCIPAL

[ANEXAR MINUTA DO CONTRATO PRINCIPAL]

ANEXO II - RELAÇÃO DE CONTATOS:

Todos os avisos, notificações ou comunicações que, de acordo com este Contrato, devam ser feitos por escrito, somente serão considerados válidos quando enviados mediante carta registrada com aviso de recebimento, ou, pelo envio de correio eletrônico, se for possível verificar a confirmação por escrito ou por qualquer outro meio que assegure haver o destinatário recebido a comunicação ou a notificação, de acordo com as informações abaixo:

GARANTIDOR:

GARANTIDOR:

BENEFICIÁRIA:

GARANTIDA:

GARANTIDA:

ANEXO III - DOCUMENTAÇÃO BÁSICA EXIGIDA DAS GARANTIDORAS

A) Este Contrato de Garantia Corporativa deverá conter as firmas dos representantes legais das **GARANTIDORAS** e das **GARANTIDAS** devidamente reconhecidas por **AUTENTICIDADE**.

B) Deverão ser anexados a este Contrato os atos constitutivos e documentos societários das **GARANTIDORAS** que comprovem os poderes de seus representantes legais para prestar fiança.

ANEXO IV – LEGAL OPINION.

[Anexar a Legal Opinion emitida por advogado habilitado na legislação do domicílio das GARANTIDORAS]

ANEXO V – HABILITAÇÃO DO ADVOGADO EMISSOR DA LEGAL OPINION

[Anexar a habilitação do advogado, emitida pelo órgão estatal competente, permitindo a prática de advocacia e a emissão da legal opinion de acordo com a respectiva legislação]

Minuta MSPA Petrobras_Cegás 2026

Relatório de auditoria final


2025-12-02

Criado em: 2025-12-02
Por: Licio Dias (liciomaximo@petrobras.com.br)
Status: Assinado


Histórico de "Minuta MSPA Petrobras_Cegás 2026"

-  Documento criado por Licio Dias (liciomaximo@petrobras.com.br)
2025-12-02 - 18:18:30 GMT- [REDACTED]
-  Documento enviado por email para Erico Leite (ericoleite@petrobras.com.br) para assinatura
2025-12-02 - 18:21:48 GMT
-  Documento enviado por email para miguel.nery@cegas.com.br para assinatura
2025-12-02 - 18:21:49 GMT
-  Documento enviado por email para gustav.costa@cegas.com.br para assinatura
2025-12-02 - 18:21:49 GMT
-  Documento enviado por email para thais.cunha@cegas.com.br para assinatura
2025-12-02 - 18:21:49 GMT
-  Documento enviado por email para Rafael Rosa (rafael.mr@petrobras.com.br) para assinatura
2025-12-02 - 18:21:49 GMT
-  Contrato visualizado por Licio Dias (liciomaximo@petrobras.com.br)
2025-12-02 - 18:23:34 GMT- [REDACTED]
-  Email visualizado por Erico Leite (ericoleite@petrobras.com.br)
2025-12-02 - 18:34:28 GMT- [REDACTED]
-  Contrato visualizado por Erico Leite (ericoleite@petrobras.com.br)
2025-12-02 - 18:34:30 GMT [REDACTED]
-  Email visualizado por thais.cunha@cegas.com.br
2025-12-02 - 18:35:58 GMT [REDACTED]
-  Contrato visualizado por thais.cunha@cegas.com.br
2025-12-02 - 18:35:59 GMT [REDACTED]


-  O signatário thais.cunha@cegas.com.br inseriu o nome Thaís de Melo Cunha ao assinar
2025-12-02 - 18:37:08 GMT- [REDACTED]
-  Thaís de Melo Cunha (thais.cunha@cegas.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A
2025-12-02 - 18:37:10 GMT- [REDACTED]
-  Documento assinado eletronicamente por Thaís de Melo Cunha (thais.cunha@cegas.com.br)
Data da assinatura: 2025-12-02 - 18:37:10 GMT - Fonte da hora: servidor- [REDACTED]
-  Email visualizado por Rafael Rosa (rafael.mr@petrobras.com.br)
2025-12-02 - 18:37:22 GMT- [REDACTED]
-  Contrato visualizado por Rafael Rosa (rafael.mr@petrobras.com.br)
2025-12-02 - 18:37:29 GMT- [REDACTED]
-  Email visualizado por miguel.nery@cegas.com.br
2025-12-02 - 18:43:38 GMT- [REDACTED]
-  Contrato visualizado por miguel.nery@cegas.com.br
2025-12-02 - 18:43:41 GMT- [REDACTED]
-  O signatário Rafael Rosa (rafael.mr@petrobras.com.br) inseriu o nome Rafael Mendes Rosa ao assinar
2025-12-02 - 18:44:43 GMT- [REDACTED]
-  Rafael Mendes Rosa (rafael.mr@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A
2025-12-02 - 18:44:45 GMT- [REDACTED]
-  Documento assinado eletronicamente por Rafael Mendes Rosa (rafael.mr@petrobras.com.br)
Data da assinatura: 2025-12-02 - 18:44:45 GMT - Fonte da hora: servidor- [REDACTED]
-  Email visualizado por gustav.costa@cegas.com.br
2025-12-02 - 19:06:43 GMT- [REDACTED]
-  Contrato visualizado por gustav.costa@cegas.com.br
2025-12-02 - 19:06:47 GMT- [REDACTED]
-  O signatário gustav.costa@cegas.com.br inseriu o nome Gustav Souza Costa ao assinar
2025-12-02 - 19:09:53 GMT- [REDACTED]
-  Gustav Souza Costa (gustav.costa@cegas.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A
2025-12-02 - 19:09:55 GMT- [REDACTED]
-  Documento assinado eletronicamente por Gustav Souza Costa (gustav.costa@cegas.com.br)
Data da assinatura: 2025-12-02 - 19:09:55 GMT - Fonte da hora: servidor- [REDACTED]


 O signatário miguel.nery@cegas.com.br inseriu o nome Miguel Antônio Cedraz Nery ao assinar
2025-12-02 - 19:17:12 GMT- [REDACTED]


 Miguel Antônio Cedraz Nery (miguel.nery@cegas.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A
2025-12-02 - 19:17:14 GMT- [REDACTED]

 Documento assinado eletronicamente por Miguel Antônio Cedraz Nery (miguel.nery@cegas.com.br)
Data da assinatura: 2025-12-02 - 19:17:14 GMT - Fonte da hora: servidor [REDACTED]

 O signatário Erico Leite (ericoleite@petrobras.com.br) inseriu o nome Érico Moraes Leite ao assinar
2025-12-02 - 19:30:36 GMT [REDACTED]

 Érico Moraes Leite (ericoleite@petrobras.com.br) concordou com os termos de uso e em fazer negócios eletronicamente com Petroleo Brasileiro S/A
2025-12-02 - 19:30:38 GMT- [REDACTED]

 Documento assinado eletronicamente por Érico Moraes Leite (ericoleite@petrobras.com.br)
Data da assinatura: 2025-12-02 - 19:30:38 GMT - Fonte da hora: servidor- [REDACTED]

 Contrato finalizado.
2025-12-02 - 19:30:38 GMT